

# **OS IMPACTOS DA ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

## **Banca Examinadora**

Prof. Orientador Dr. Ruben César Keinert  
Profa. Maria Inês Barreto  
Prof. Francisco César Pinto da Fonseca

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

**MARCO ANTONIO MIRANDOLA**

OS IMPACTOS DA ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA  
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA  
CATARINA

Dissertação apresentada ao Curso  
de Mestrado em Administração  
Pública e Governo da  
FGV/EAESP.

Orientador: Prof. Dr. Ruben César  
Keinert

SÃO PAULO

2003

MIRANDOLA, Marco Antonio. ***Os Impactos da Abertura da Economia Brasileira sobre o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina***. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. 64 pp. (Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Pública e Governo da FGV/EAESP).

Resumo: O trabalho explica o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina entre 1990 e 2000 e a possível influência da abertura da economia brasileira neste processo. Aborda o processo de industrialização do Estado e suas relações comerciais com os principais blocos econômicos do mundo. E verifica as ações dos principais atores presentes em Santa Catarina que contribuíram para o desenvolvimento.

Palavras-Chaves: Globalização; Comércio Exterior; Desenvolvimento Regional; Pólos de Desenvolvimento; Industrialização; Colonização.

Dedico este trabalho a minha esposa Daniela e aos meus pais Antonio Carlos e Maria Amélia pelo apoio que sempre me deram. E a Deus por proporcionar esta oportunidade em um país em que, ainda, poucos têm a mesma chance.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Prof. Dr. Ruben César Keinert pela sua inestimável orientação, e cuja participação contribuiu em muito para o desenvolvimento deste trabalho; aos professores do curso de Mestrado em Administração Pública e Governo com os quais tive o prazer de conviver; e ao CNPq pela bolsa de mestrado concedida que possibilitou e financiou esta dissertação.

# SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u> .....	2
<u>1. CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA</u> .....	11
<u>1.1 O Estado de Santa Catarina e seu Parque Industrial</u> .....	28
<u>2. ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA E O ESTADO DE SANTA CATARINA</u> .....	33
<u>2.1 O Comércio Exterior Catarinense</u> .....	42
<u>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....	53
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> .....	59

## APRESENTAÇÃO

A década de 1990 foi palco de mudanças significativas na política de comércio exterior brasileira. O período se caracterizou por um processo de abertura comercial abrangente, que se iniciou no governo Collor e se estendeu ao longo do governo Fernando Henrique. As inovações tecnológicas, sobretudo nas comunicações, impulsionaram os fluxos do comércio internacional, gerando um elevado grau de interdependência entre os países. A globalização e a regionalização, aparentemente movimentos contraditórios, podem ser vistas como complementares. A “mundialização” estimulou a regionalização, pois alterou e intensificou os padrões de concorrência comercial e os processos de integração regional, estes, como um elemento defensivo à própria globalização.

A integração comercial brasileira vem ocorrendo no contexto de uma nova ordem mundial ditada pela globalização, baseada nos moldes, segundo AVERBURG (1999), do chamado “Novo Regionalismo”, que se caracteriza principalmente pela integração de países através de acordos bilaterais e multilaterais (zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns).

Ainda segundo esse autor, o Novo Regionalismo caracteriza-se pelos seguintes fatos:

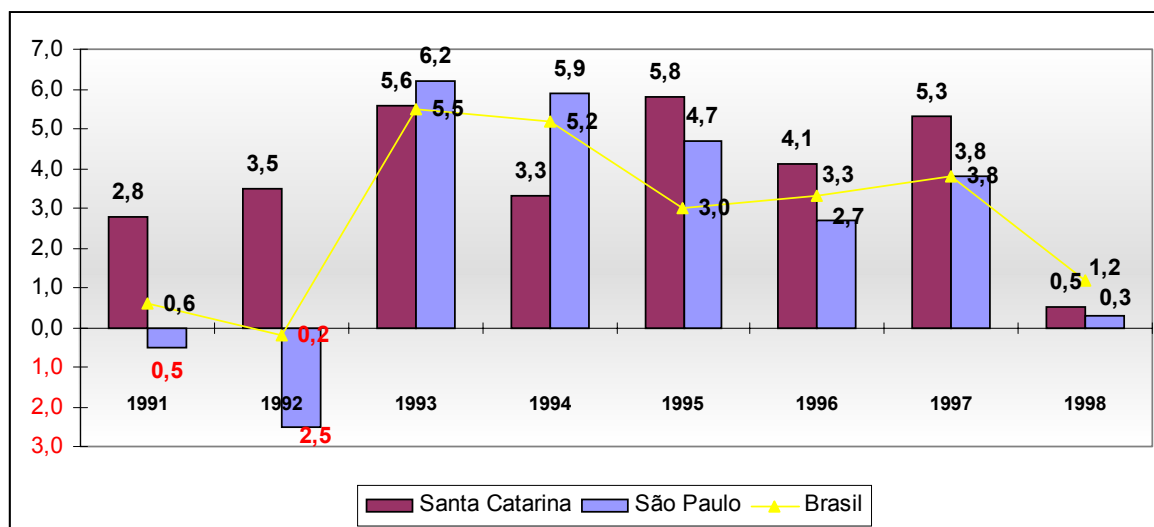
- Formação de áreas de livre comércio onde um ou mais países economicamente menores são ligados a um país;
- Os países passaram ou estão passando por reformas unilaterais significativas;

- A liberalização comercial acontece, principalmente, nos países menores, isto é, os acordos tendem a modificar com maior intensidade o comércio exterior desses países;
- Acordos regionais geralmente envolvem uma integração mais profunda do que a simples redução de barreiras tarifárias, incluindo uniões aduaneiras (Mercosul), a harmonização e o ajuste de políticas econômicas e acordos de cunho político (União Européia); e
- As áreas de livre comércio são formadas geralmente entre países vizinhos.

O trabalho a ser exposto pretende contribuir para explicar o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina no contexto da última década do século XX, quando se deu a abertura da economia brasileira, e que pode ter contribuído para esse desenvolvimento. Um dos fatos que justificam esse estudo é que, muito embora o Estado de Santa Catarina não tenha se beneficiado com grandes investimentos em obras públicas ou com instalação de empresas privadas de grande porte, mesmo assim o seu Produto Interno Bruto - PIB cresceu 3,9 % em média entre 1991 e 1998, enquanto a média do Estado de São Paulo, por exemplo, foi de 0,8% e do Brasil 1,1%, ou conforme o gráfico a seguir:



**Gráfico 1 – Variação do Produto Interno Bruto – PIB entre 1991 a 1998.**



Fonte: Fundação SEADE, 2003.

Elaboração: Autor.

Os grandes investimentos privados não foram feitos no Estado de Santa Catarina no início da década de 1990 provavelmente pela não-participação do governo do Estado na chamada “Guerra Fiscal”, onde normalmente se fornecem subsídios a empresas (isenção de impostos, áreas públicas, etc) como forma de atrair o capital para a região. Segundo PRADO (1999) os governos estaduais têm substituído o governo federal no papel de implementar políticas regionais de desenvolvimento.

As definições acerca do conceito de desenvolvimento são muito vastas e, em alguns casos, incompletas. Com uma certa frequência, a idéia de desenvolvimento é associada a crescimento econômico, o que não é verdade, mas sim, o contrário é verdadeiro. Neste trabalho, utilizaremos os conceitos de desenvolvimento econômico, regional e sustentável.

A teoria do desenvolvimento foi usada no pós-guerra, anos 50 e 60, com o argumento de que os aparelhos de Estado podiam ser usados para promover a mudança estrutural. Os principais encargos do Estado eram acelerar a

industrialização da agricultura e fornecer a infra-estrutura necessária à urbanização<sup>1</sup>.

O estudo sobre o desenvolvimento de Santa Catarina, nesse aspecto, começa com um histórico do povoamento do Estado, principalmente com a colonização européia. Verificamos como no passado surgiram as colônias de imigrantes e, a partir delas, os centros urbanos com suas características socioculturais; como surgiram as atividades artesanais e, por conseqüência, surgiram as primeiras indústrias. Identificamos, também, os fatores internos e externos que influenciaram no processo de industrialização catarinense até chegar ao panorama atual do setor.

De 1990 a 2000, os indicadores demográficos e sociais, além dos dados econômicos, comprovam que os bons resultados não ocorreram apenas sobre a economia de Santa Catarina. Como exemplo, podemos citar a classificação do Estado quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano<sup>2</sup> (IDH) no Brasil. Santa Catarina ocupava a quinta posição entre os Estados brasileiros em 1991, passando para a quarta posição em 2000, como pode ser visto na Tabela 1, a seguir:

---

<sup>1</sup> Apud EVANS, 1992.

<sup>2</sup> O Índice de desenvolvimento humano - IDH, criado no início da década de 90 para o PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por uma equipe liderada pelo conselheiro especial Dr. Mahbub ul Haq, é uma contribuição para essa busca, e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer; a educação; medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; e a renda; medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB *per capita* ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

**Tabela 1 – Evolução do IDH dos Estados brasileiros – 1991 a 2000**

UF	IDH-M 1991	IDH-M 2000	Variação no IDH-M 1991-2000	RANKING 1991	RANKING 2000	Variação no rank 1991-2000
Distrito Federal	0,798	0,844	0,047	1	1	0
São Paulo	0,773	0,814	0,041	2	2	0
Rio Grande do Sul	0,757	0,809	0,052	3	3	0
Santa Catarina	0,740	0,806	0,066	5	4	1
Rio de Janeiro	0,750	0,802	0,052	4	5	-1
Sergipe	0,607	0,687	0,080	21	23	-2
Paraíba	0,584	0,678	0,094	25	24	1
Piauí	0,587	0,673	0,086	24	25	-1
Maranhão	0,551	0,647	0,096	26	26	0
Alagoas	0,535	0,633	0,098	27	27	0

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE(2002).

OBS: Foram selecionados os cinco melhores e piores colocados pela classificação do índice.

As Nações Unidas utilizam o *paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentável* para reforçar a importância do desenvolvimento além do aspecto econômico, e estabelece quatro componentes essenciais: **eqüidade** (igualdade de oportunidade para todas as pessoas na sociedade); **o caráter sustentável** (de tais oportunidades de uma geração para a próxima); **produtividade** e **"empoderamento"** (de pessoas de modo que elas participem - e se beneficiem – do processo de desenvolvimento). E ainda afirma que “tal paradigma considera o crescimento econômico essencial, mas enfatiza a necessidade de se prestar atenção a sua qualidade e distribuição; analisa em detalhe seu elo com vidas humanas e questiona seu caráter sustentável a longo prazo” (NAÇÕES UNIDAS, 1999<sup>3</sup>).

Enfim, o Desenvolvimento Social Sustentado parte do âmbito local, ultrapassando outras escalas, onde podemos pensar nesse desenvolvimento em um nível regional, até compor o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

<sup>3</sup> Ver site <http://www.undp.org.br/desen.htm>

Com essas concepções, apresentaremos no primeiro capítulo detse estudo, um histórico sobre a industrialização do Estado de Santa Catarina. Em contraponto com o cenário da industrialização de outros Estados brasileiros, marcado por uma forte concentração espacial e social<sup>4</sup>, Santa Catarina aparece como uma exceção, já que seu parque industrial está distribuído entre seis eixos setorialmente especializados, agrupados ao redor de algumas cidades de médio porte. O processo de industrialização catarinense aconteceu sem uma forte e descontrolada expansão demográfica da capital do Estado e, por isso, a repartição da renda está entre as menos desiguais do país<sup>5</sup>.

É evidente que a distribuição da população está diretamente associada à distribuição das indústrias pelo Estado. Nesse aspecto, é sobejamente reconhecida a importância do setor industrial como proporcionador dessas oportunidades, por se tratar de setor com vinculação urbana muito acentuada. Está claro que os setores de comércio e de serviços assumem uma característica urbana muito mais nítida, mas o setor industrial tem um papel importante na medida em que possui maior mobilidade espacial potencial do que aqueles dois, que se vinculam diretamente à população e à renda, assumindo um papel mais passivo no que tange à consideração das atividades produtivas e, mais ainda, às alterações territoriais na distribuição dessas atividades (AZZONI, 1995).

Como o objetivo do trabalho é evidenciar quais foram os elementos que proporcionaram o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e verificar se a abertura da economia brasileira interferiu em seu resultado, discutiremos, no primeiro capítulo, o processo de industrialização catarinense dentro da concepção de desenvolvimento econômico e regional.

---

<sup>4</sup> Que chamamos de metropolização.

<sup>5</sup> Recentemente os indicadores econômicos e sociais começam a apresentar uma modificação nesse panorama. O êxodo rural fez surgir favelas nas cidades-pólos, incapazes de absorver essa população com uma infraestrutura adequada, e provocando o aparecimento de subemprego, intensificando os problemas sociais.

Segundo a teoria da base de exportação, apresentada por SCHWARTZMAN, “o desenvolvimento econômico regional é um processo que tem origem a partir de um impulso externo à região: a demanda de seus produtos por outras regiões ou países”. No segundo capítulo, apresentamos um histórico sobre a globalização e a abertura da economia brasileira, observando sua penetração, ou melhor, abrangência sobre as atividades econômicas. Analisaremos o comportamento do comércio exterior brasileiro e catarinense na década de 1990, com dados da balança comercial, importação e exportação e os principais parceiros.

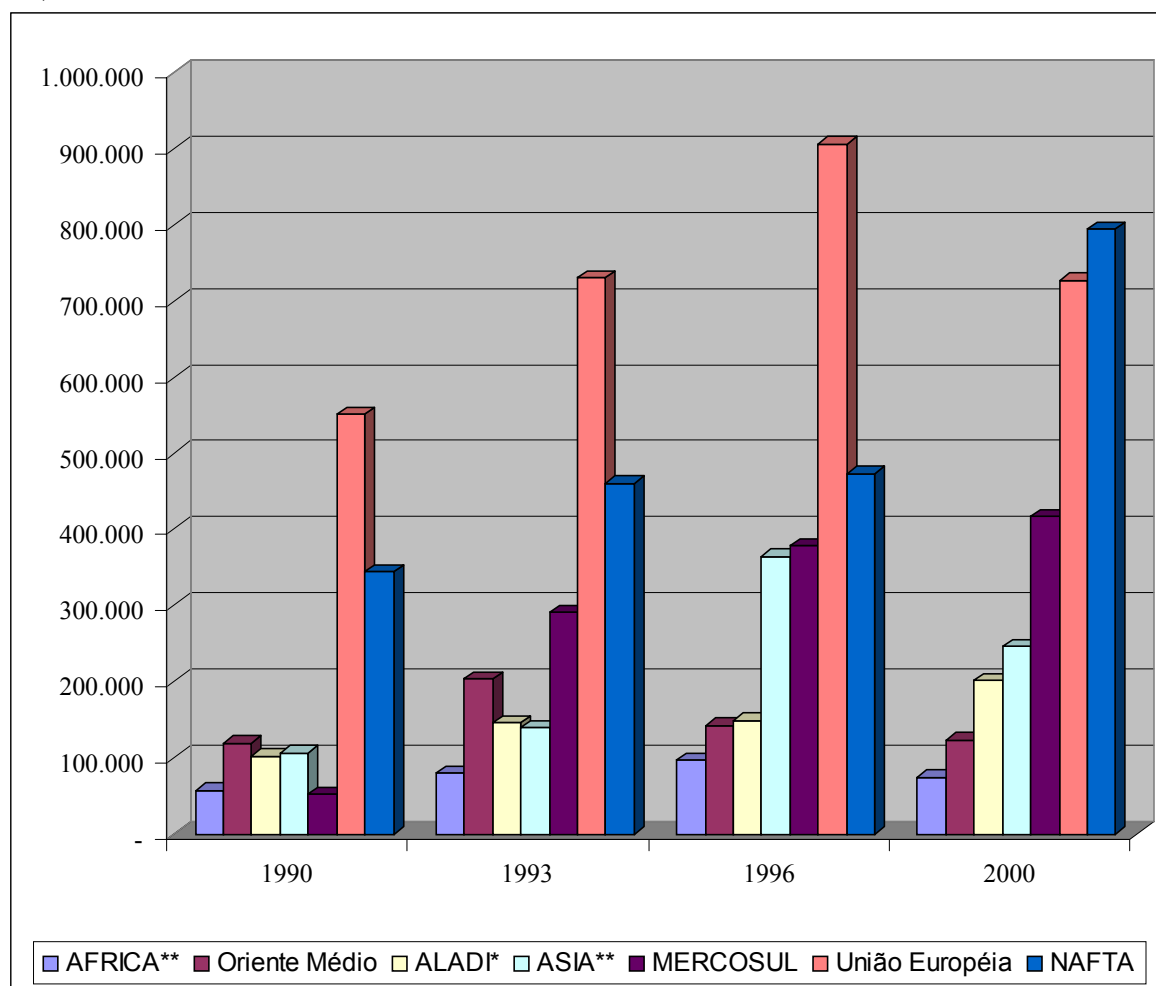
Por exemplo, em 2000, Santa Catarina exportou US\$ 2.711,70 milhões, aumentando sua participação nas exportações brasileiras de 4,6% em 1990 para 4,92% em 2000<sup>6</sup>. Desse total, cerca de US\$ 417,10 milhões destinaram-se aos países que compõem o MERCOSUL, representando 15,38% do total de exportações feitas pelo Estado e um crescimento de 805% no período. Atualmente, o principal destino das exportações catarinenses é o NAFTA, com um valor exportado de US\$ 794 milhões, que representa 29% do total.

---

<sup>6</sup> Fonte: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema ALICE - Elaboração SDE/DIDE/GEDEC.

## Gráfico 2 – Exportações Catarinenses por Bloco Econômico - 1990 a 2000

US\$ Milhões F.O.B.



Apresentamos, ainda, os resultados da pesquisa em campo. O objetivo é identificar como os pólos regionais, através de suas “capitais regionais<sup>7</sup>”, tratam os assuntos referentes ao desenvolvimento, como: modernização da indústria, comércio exterior, incentivos, influências, entre outros. Como principal ator nas questões que envolvem o comércio exterior, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, como representante oficial do setor, tem um trabalho ativo frente à abertura da economia brasileira.

<sup>7</sup> A capital regional é a maior cidade da região, onde várias outras a circundam. Normalmente, esta cidade é de médio porte.

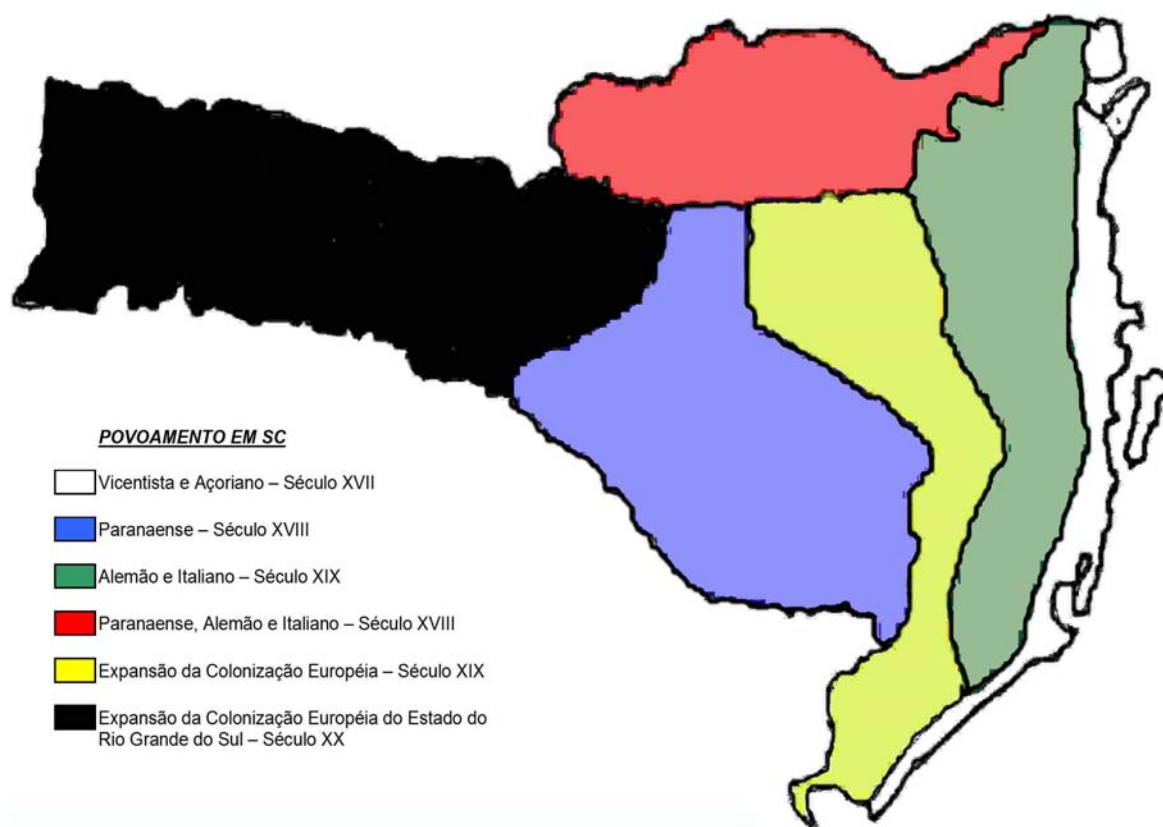
Desta forma, após o resgate do processo histórico do Estado, da industrialização, como são as relações comerciais e a constatação da ausência, nos pólos regionais, de uma agenda, por parte dos órgãos governamentais, que atenda questões que envolvam o desenvolvimento regional, conclui-se que o desenvolvimento catarinense entre 1990 e 2000 foi fruto da base formada pela sua industrialização. Vemos que as estratégias, quando existem, variam muito e podemos dizer que a abertura da economia brasileira não influenciou diretamente no desenvolvimento do Estado na última década do século passado. O que provocou foi uma mudança nas relações do comércio exterior catarinense, principalmente, na atuação e desempenho das indústrias.

## **1. CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

A estrutura geoeconômica de Santa Catarina resulta de um processo de povoamento heterogêneo, no tempo e em termos étnicos, e de um processo de industrialização em que cada região especializou-se em um certo ramo. Foram formadas zonas relativamente autônomas e especializadas, que gravitam em torno de uma ou algumas localidades. Por isso, “é comum apresentar a estrutura industrial catarinense em eixos ou pólos” (RAUD, 1999). Assim, existem cinco eixos industriais considerados como principais e, uma última região, a do litoral de Florianópolis, sendo inicialmente mais administrativa e atualmente também um parque tecnológico.



### Ilustração 1 - Povoamento do Estado de Santa Catarina



A estrutura espacial de uma região, Estado ou país pode ser visualizada como o resultado da influência recíproca de elementos naturais (localização e distribuição de recursos, acessibilidade, clima, etc.) e de uma série de processos de caráter político, sociológico, econômico e cultural. Segundo BOISIER, o que os especialistas denominam de “paisagem econômica” é, em grande medida, fruto da ação da sociedade sobre o meio ambiente.

Durante o século XX, concomitantemente com o aumento da população, a economia catarinense passou por um processo de mudança estrutural. De uma atividade praticamente agrícola em 1950, que representava 44% da renda bruta do Estado, Santa Catarina passa, gradativamente, para um modelo produtivo

industrial. Em 1990, o setor primário participou com 14,10%; o setor secundário com 44,80% e o setor terciário com 41,10% do PIB. Já em 1998, o setor primário participou com 12,85% no PIB de Santa Catarina; o setor secundário atingiu 45,39% e o setor terciário 41,76%.

De acordo com STEEL<sup>8</sup>, o crescimento da população em centros urbanos e industriais parece ser inevitável quando neles se observa o desenvolvimento econômico, seja motivado pela industrialização ou pelo melhoramento da agricultura. Se os governos desejam o desenvolvimento econômico devem preparar-se para enfrentar as consequências e atenuar os efeitos da concentração populacional em restritas áreas edificadas.

Normalmente, a urbanização é tratada como se fosse um processo desencadeado unicamente pela industrialização, mas nem sempre é assim. Mesmo quando existe uma grande correlação entre a industrialização e a urbanização, o desenvolvimento das cidades não depende do estabelecimento prévio de indústrias, nem tampouco devem estas se localizar em regiões metropolitanas para se tornarem prósperas. Atualmente, as cidades menores inclinam-se para o desenvolvimento de novas formas funcionais especializadas, como, por exemplo, a cidade universitária, a cidade metalúrgica, o centro ferroviário<sup>9</sup>, etc.

No caso de Santa Catarina, a urbanização ocorreu, segundo a hipótese de HOSELITZ, com o desenvolvimento de atividades especializadas sem a metropolização, diferente do processo de urbanização paulista, por exemplo. Com 1,5 milhão de habitantes em 1950, sendo 70% no meio rural, o Estado alcançou 4,5 milhões em 1991, sendo 73% urbano e, em 2000, este percentual subiu para 79% com 5,1 milhões de pessoas residentes, espalhadas pelo território em

---

<sup>8</sup> Apud HOSELITZ, 1964.

<sup>9</sup> HOSELITZ, 1964.

pequenas e médias cidades, sendo apenas oito municípios com mais de 100.000 habitantes<sup>10</sup>.

Ainda utilizando o Estado de São Paulo como exemplo, sua industrialização deu-se pela economia agro-exportadora, basicamente, a cafeeira. Não há dúvidas, mesmo após muitas discussões sobre esse tema, de que a economia cafeeira transferiu recursos de sua produção para as indústrias. Porém, não se pode transpor essa conclusão para o processo brasileiro como um todo.

Segundo DEAN<sup>11</sup>, o comércio de importação deu origem ao setor industrial, crescendo concomitantemente com as empresas agro-industriais dos fazendeiros de café. Ainda, de acordo com este autor, existiram três condições importantes como atividades complementares ao comércio de importação. A primeira é a atividade de assessoramento na montagem de máquinas importadas, mais a revenda do equipamento industrial, a produção de bens de acabamento e o fornecimento de algumas matérias-primas necessárias ao funcionamento dessas máquinas. Segundo, é o conhecimento e relacionamento comercial com os mecanismos de crédito, mercado e distribuição, tanto em relação ao exterior, quanto ao nacional. E terceiro, a ampliação e diversificação do mercado interno brasileiro, impulsionando a procura por equipamentos mais complexos e bens de consumo mais sofisticados. Assim, o importador torna-se fornecedor de bens, isto é, os equipamentos antes importados passam a ser produzidos no país, tornando essas empresas, que inicialmente comercializavam produtos importados, em fabricantes autorizados.

Com isso, ele conclui que o café foi a base do crescimento industrial, pois originou a economia monetária. A elevação da renda interna, advinda do aumento das exportações, criou o mercado necessário para a indústria se desenvolver. O

---

<sup>10</sup> IBGE, 2000.

<sup>11</sup> Apud RAUD, 1998.

capital industrial vem dos lucros dos cafeicultores, tanto os dividendos agrícolas, como os comerciais.

Para SILVA (1976) e MELLO (1982)<sup>12</sup>, o processo de substituição, mesmo que forçado, do trabalho escravo pelo assalariado, permitiu a passagem de uma economia mercantil a uma economia capitalista exportadora, pois o trabalho assalariado criou o mercado, base necessária das relações da produção capitalista. Ainda segundo eles, o capital industrial é uma extensão do capital cafeeiro, e a industrialização deve ser vista como a última fase do período de transição capitalista. Sendo assim, independentemente da análise, se a industrialização ocorreu devido à comercialização do café ou devido à passagem de uma mão-de-obra escrava para a assalariada, vemos que a economia cafeeira criou um mercado com base monetária em que o trabalho assalariado gerou uma demanda por produtos que, por sua vez, promoveu o desenvolvimento industrial através da importação de máquinas e equipamentos e, paulatinamente, houve uma substituição das importações.

Entre as condições que promoveram a industrialização brasileira, algumas beneficiaram Santa Catarina. Por exemplo, as tarifas protecionistas e o incentivo à aquisição de máquinas que, com a moeda brasileira valorizada, permitiram a importação de equipamentos industriais. Essas medidas ajudaram a transferir os recursos do comércio importador para formar e, depois, ampliar o capital industrial catarinense. No cerne deste capital industrial, está o comércio de importação e exportação, e se destaca o sistema de venda, inicialmente baseado no “escambo”<sup>13</sup>.

Inicialmente, um estabelecimento comercial (a chamada venda), distribuíam mercadorias pela colônia. Aos poucos, o vendeiro, que nas horas vagas dedicava-

---

<sup>12</sup> Apud RAUD, 1998.

<sup>13</sup> Nesse sistema, “o colono permutava seus produtos agrícolas pelos manufaturados. Ao comerciante cabia a função de importar e exportar, e ao vendeiro cabia a função de intermediário entre esses dois contatos” (BOSSLE, 1988).

se à agricultura, ampliou seu comércio para outras regiões. Assim, o estabelecimento comercial passou a ser uma espécie de “banco” porque o colono, além de “depositar” ali suas economias, financiava seus equipamentos de trabalho. Progressivamente, o comércio de “escambo” modificou-se e, ao acumular capital, este foi aplicado no setor industrial.

Alguns empreendimentos auxiliaram no desenvolvimento industrial, como a implantação de ferrovias. Isso fortaleceu o processo comercial que dependia da expansão da comunicação para facilitar o intercâmbio do mercado urbano com o rural. Em 1873, foi inaugurada a estrada de ferro D. Francisca que ligava o litoral catarinense à Serra e ao norte do Estado. Em 1884, inaugurou-se a estrada de ferro D. Tereza Cristina<sup>14</sup>, no sul do Estado, para o transporte de carvão.

Outro componente da industrialização catarinense foi a experiência profissional dos imigrantes, principalmente dos alemães. Os primeiros colonos alemães fixaram-se em São Pedro de Alcântara, perto de Desterro (Florianópolis), em 1829. Em seguida, em 1850, essa colonização intensificou-se com a fundação de Blumenau, no Vale do Itajaí, Joinville (1851) no litoral norte e Brusque (1860) no Vale do Itajaí-Mirim. No Vale do Itajaí, além dos alemães, também existiam colônias de italianos e eslavos mais ao Norte e no Meio-Oeste.

Muitos industriais catarinenses já tinham profissão ou trabalhavam como artesãos em sua terra natal. Por isso, após se estabelecerem em Santa Catarina, mantiveram contatos permanentes com o país de origem, de onde receberam orientações e, posteriormente, máquinas industriais. Como exemplo, podemos citar a empresa têxtil “Büettner & Cia Ltda”, a “Indústria Carlos Renaux S. A.”, a

---

<sup>14</sup> A E. F. Tereza Cristina foi construída no sul de Santa Catarina, ligando o porto de Imbituba às minas de carvão. Para sua construção, foi organizada, em Londres, a ***The Donna Thereza Cristina Railway Company Limited***, que foi autorizada a funcionar em 1876. A construção do trecho Imbituba-minas iniciou-se em dezembro de 1880, inaugurando-se o primeiro trecho, com 111 Km, e o ramal para Laguna, em 1884. A expansão da rede para Criciúma aconteceu em 1919 e, daí para Araranguá, em 1923 (Santos, 2000).

“Firma Carl Hoepcke & Cia”, a “Cia Hering Ltda”, a “Cia Têxtil Karsten” e a firma “G. Schlösser & Filhos”.

A industrialização catarinense fundamentou-se no tipo de sociedade que se organizou nas áreas de colonização, isto é, o estabelecimento de muitos pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que rapidamente iniciaram a comercialização dos excedentes agrícolas e praticaram uma significativa divisão social do trabalho.

Desta forma, a industrialização das colônias de imigrantes catarinenses não foi totalmente dependente da economia cafeeira de São Paulo. O processo ocorreu, principalmente, pela existência de uma mão-de-obra com conhecimento técnico e empresarial, de um mercado local e de capitais que vieram de um processo de acumulação dentro do setor primário<sup>15</sup>.

A industrialização de Santa Catarina aconteceu devido a três fatores, basicamente:

- A especialização dos sistemas de produção em determinadas localidades – desenvolvimento local;
- A especialização de alguns produtos (madeira, produtos metal-mecânicos, carnes e cerâmica) permitiu a acumulação de conhecimento que foi traduzido em qualidade e inovação;
- A produtividade devido aos fatores anteriores, a especialização desses produtos e a concentração em determinadas localidades,

---

<sup>15</sup> Segundo BOSSLE (1988), os permanentes contatos com o país de origem, principalmente pelos imigrantes alemães e italianos de onde eram importadas máquinas e matérias-primas, as pequenas empresas cresceram paulatinamente, beneficiando-se das crises no mercado externo, para expandir e alcançar os grandes mercados brasileiros.

a produtividade das indústrias de Santa Catarina é maior do que a média brasileira. Por exemplo, o setor de material plástico apresentou uma produtividade 91% maior que a brasileira; o vestuário e calçados 168% e a alimentar 118% maior.

No aspecto socioeconômico, a colonização de Santa Catarina foi baseada nas pequenas propriedades. Essa formação inviabilizou o surgimento de uma aristocracia rural predominante no Estado e, nesse aspecto, produziu uma sociedade mais homogênea.

A cooperação nos momentos difíceis é um fato marcante. Desde o começo, os colonos uniam-se para executar tarefas, como a derrubada de árvores, construção de engenhos de uso comum, casas, igreja e escola. A solidariedade estendeu-se mesmo após o processo de industrialização. Segundo HERING, a estabilidade no emprego é um fator diferencial da mão-de-obra no sul do país. Tal fato deve-se à “mesma origem étnica dos operários traduzida nos valores comuns e nos laços de solidariedade criados nos anos de esforço conjunto, quando se estabeleceram os imigrantes nas colônias, o que determinou seu vínculo ao local de trabalho, onde o ‘patrão’ comumente fora o antigo companheiro de luta do operário, ou de antepassados” (HERING, 1987).

O resultado do cooperativismo foi o aparecimento das sociedades de apoio, como as Sociedades Culturais de Blumenau, Brusque e Joinville, onde ocorriam palestras junto aos colonos para difundir uma agricultura racional, aproveitando a troca de informações especializadas e experiências práticas, além de proporcionar um panorama do Estado sobre a situação das plantações, indústria, transportes e uso e costumes.

Na seqüência, surgiram instituições que incentivaram e promoveram a produção e o crédito para as atividades econômicas, em que não havia o apoio financeiro oficial, principalmente nas colônias distantes dos grandes centros. No final do

século XIX, foram criadas as Sociedades de Consumo que auxiliavam os colonos na compra e venda da produção, e as Associações Comerciais que promoviam a produção e forneciam subsídios à exportação da produção e importação de equipamentos. E, por fim, no início do século XX, surgiram os bancos comerciais.

O capital privado foi o responsável por boa parte da infra-estrutura criada no Estado de Santa Catarina. “Tanto as primeiras companhias de navegação marítima, como as primeiras usinas hidrelétricas, estradas de ferro ou carro foram feitas por iniciativa da comunidade local e com capitais industriais e comerciais” (RAUD, 1999). E nesse meio, destacam-se o capital e a tecnologia estrangeira, principalmente a alemã, muito presente no setor ferroviário.

O cooperativismo entre os imigrantes, inicialmente visto no amparo mútuo e nas práticas do lazer, transformou-se em espírito público, e a política foi o meio de alcançar o interesse comum, depois que os pequenos núcleos coloniais transformaram-se em centros urbanos. A formação da tradição do cooperativismo não somente determinou o desenvolvimento de complexos sistemas religiosos e da sociedade civil, mas também de inovações científicas e tecnológicas que desempenharam um papel muito importante na exploração mais racional dos recursos agrícolas e ambientais, e no aumento do produto total.

O conhecimento técnico e o espírito empreendedor são uma marca muito forte dos imigrantes de Santa Catarina. Artesãos, pequenos comerciantes, camponeses e operários presenciaram o início da Revolução Industrial em seus países de origem e, por isso, além da técnica, a “cultura empresarial” e a vontade de sucesso no Brasil é um aspecto marcante no desenvolvimento do Estado. Os costumes como usar camiseta de algodão embaixo das roupas, aproveitar todas as partes dos porcos fazendo embutidos ou utilizar a argila na construção das casas, são considerados o início das indústrias têxteis, agroindústrias e indústrias cerâmicas.



Os colonos trouxeram da Europa os conhecimentos técnicos e comerciais que, aliados aos recursos naturais locais, promoveram o desenvolvimento das indústrias. Exemplo disso é a família agrícola com ocupações artesanais onde transformam, em sua propriedade, os produtos primários. A expansão dessa atividade criou as indústrias rurais que lhes permitiram exportar para outras regiões (ou colônias) os produtos agrícolas e iniciar um processo de acumulação de capital.

Inicialmente, essas indústrias aproveitaram a mão-de-obra qualificada dos imigrantes. Depois, com a expansão e diversificação industrial, houve um processo de qualificação dos trabalhadores e de aprimoramento técnico constante. O crescimento da capacidade instalada ocorria com a importação de equipamentos alemães e ingleses, e a instalação destes demandava a vinda de técnicos estrangeiros para treinar as pessoas que iriam operar as novas máquinas. Ao longo do tempo, as indústrias locais buscaram uma certa autonomia desse processo, modificando o processo produtivo ou criando suas próprias oficinas de reparo como fez a Hering, Karsten e Renaux.

O aprimoramento técnico das indústrias catarinenses teve um objetivo claro: a qualidade dos produtos e a garantia do abastecimento para poder concorrer com outros produtos nacionais e também com os estrangeiros, apesar do custo do transporte até os grandes centros. Na indústria moveleira aconteceu o mesmo, mas adicionado pela criação de “escolas técnicas<sup>16</sup>”. O conhecimento técnico trazido pelos imigrantes europeus, que deixaram os países de origem em plena Revolução Industrial, somado à manutenção de um estilo de vida que exigia alguns produtos manufaturados, foi a base do surgimento das primeiras fábricas catarinenses. E a qualificação técnica da mão-de-obra é apontada como uma das principais razões do sucesso dessas indústrias.

---

<sup>16</sup> Eram oficinas onde se preparavam os profissionais, realizavam-se experimentos relacionados a novos produtos e se produziam equipamentos e meios de trabalho necessários a manutenção da fábrica.

Outro ponto a ser discutido, concomitantemente com o processo de qualificação da mão-de-obra e da produção, é a origem dos capitais que foram investidos na formação da industrialização catarinense.

Inicialmente, os capitais vieram da receita da venda de produtos agrícolas para outras regiões. Com o rápido crescimento da produção, o mercado local não conseguiu absorver os excedentes. Como Santa Catarina não possui condições climáticas para produzir produtos tropicais, com qualidade suficiente para a exportação, algumas regiões catarinenses começaram a explorar matérias-primas comerciais nativas.

Como exemplo, no Oeste, a criação de porcos em pequenas propriedades, levou à construção de frigoríficos por colonos italianos, sendo a produção de embutidos destinada ao mercado paulista escoada pela estrada de ferro e, após a Segunda Guerra Mundial, a bordo de aviões. O Pólo Agroindustrial, localizado principalmente em torno de Chapecó, com cerca de 146 mil habitantes<sup>17</sup>, Concórdia com 63 mil<sup>18</sup>, e Videira com cerca de 41,5 mil<sup>19</sup> moradores, está direcionado à alimentação e pode, também, ser considerado o mais estruturado e o mais importante, em termos de especialização e economia de escala.

Baseado na integração direta entre os produtores e a indústria, a região tem uma forte verticalização produtiva entre a agropecuária e os frigoríficos. No início da década de 1990, os frigoríficos catarinenses produziram 22% da oferta nacional de carne suína e 30% de aves, o que representou 27% do total de exportações de Santa Catarina. Em 1998, o pólo agroindustrial representou 19% do Valor de Transformação Industrial – VTI, 5,5% do ICMS estadual e 36% das exportações catarinenses com um faturamento de US\$ 1.017 milhões.

---

<sup>17</sup> Apud Anuário Estatístico de Santa Catarina – 2000.

<sup>18</sup> *Idem.*

<sup>19</sup> *Ibidem.*

Nos planaltos Norte e Campos de Lages, a pecuária foi substituída pela exploração da madeira, originando um parque industrial de derivados madeireiros: papel, celulose e pasta mecânica<sup>20</sup>. Em São Bento do Sul, a grande presença de florestas de madeira de grande valor fez surgir a indústria moveleira que, junto da erva-mate, também produzida na região, eram comercializadas nos grandes centros consumidores, no Brasil e no exterior. Ao longo do tempo, com a acumulação de dejetos, estes passaram a ser aproveitados através de novas técnicas de produção (desenvolvimento tecnológico). Localizado no Planalto e Norte Catarinense, o Pólo da Madeira, Móveis, Papel e Celulose parte de Canoinhas, no norte do Estado, até Lages, no Sul, abrangendo algumas cidades importantes como Curitiba, Caçador e Campos Novos. Nesta região, atualmente estão sediadas cerca de 431 indústrias madeireiras, que absorvem cerca de 19% da população ocupada no Estado no caso da madeira, e 2,4% no caso do papel e celulose.

Em Joinville, como as condições da lavoura não eram muito boas, vários colonos trocaram a agricultura pelo comércio, principalmente o de erva-mate. O transporte era feito no lombo de burro, que passou, em seguida, a ser feito por carroças, dentro de barricas. Daí surgiu a necessidade de carpinteiros, ferreiros e mecânicos para a produção de veículos, e tanoarias para a fabricação de barricas. Segundo o Centro de Assistência Gerencial – CEAG de Santa Catarina, com o processo de aprimoramento técnico e a qualificação da mão-de-obra, essas atividades foram o embrião do ramo metal-mecânico na região de Joinville, com sua especialização no fornecimento de peças e equipamentos para a indústria automobilística, além de ser atualmente um dos principais produtores de ônibus e caminhões no país. Localizado na região nordeste do Estado, a especialização aparece fortemente ligada a atividades industriais com elevado grau tecnológico e de capital investido. O Pólo Mecânico representa cerca de 18% da renda industrial catarinense, empregando 59 mil pessoas.

---

<sup>20</sup> Apud CEAG, 1980.

Setorialmente, a região tem os maiores índices de especialização em máquinas e artefatos mecânicos, principalmente na produção de motores elétricos, compressores, tubos de ferro e plástico maleáveis, motocompressores herméticos para refrigeradores, geladeiras, ônibus e componentes para a indústria automobilística, distribuídos em 2.100 empresas e com 10% de participação nas exportações do estado e 7% do VTI.

Em outras regiões catarinenses, observamos semelhantes processos: no sul do Estado, Henrique Lage utilizou o capital vindo da exploração do carvão, e da presença de argila de boa qualidade, para inaugurar em Imbituba a primeira fábrica de cerâmica, na década de 50. Com a queda da economia carvoeira, outros investimentos foram feitos nesse ramo, estimulado pela crescente urbanização e, com isso, houve a expansão da construção civil.

O Pólo Cerâmico concentra os maiores grupos cerâmicos do país, juntamente com São Paulo (região de Cordeirópolis, Santa Gertrudes e Rio Claro), com cerca de 14 grandes indústrias que possuem tecnologia de produção comparável à italiana e à espanhola. O Estado produz 42% do carvão mineral e 60% da produção nacional de revestimentos cerâmicos. Em 1997, o setor mineral exportou US\$ 89 milhões, o que representa 5% das exportações catarinenses e 9% do VTI.

A capital regional é Criciúma, fundada em 1880, sendo colonizada, principalmente, por alemães, italianos e poloneses. Com 170 mil habitantes, a cidade desenvolveu-se com a indústria carbonífera, na década de 1980, mas, atualmente, as principais atividades econômicas são: a cerâmica, com cerca de 57 empresas, 2.000 empregados e uma receita bruta em torno de 223 milhões de reais; e a têxtil, com 512 empresas, 2.600 empregados e uma receita bruta de 111 milhões de reais em 1998<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Fonte: Prefeitura Municipal de Criciúma – SC.

Do total de empregos no município, a indústria de transformação é responsável por 37% e o setor de serviços por 25% do total. Dentro da primeira, 25% dos empregados estão na indústria têxtil e de vestuário, 24% na indústria de minerais não-metálicos (cerâmicas) e 14% na indústria de produtos alimentícios e de bebidas.

As colônias de imigrantes foram crescendo com o aumento vegetativo e, posteriormente, com a chegada de mais estrangeiros. Isso permitiu uma divisão do trabalho entre a cidade e o campo, e produziu um mercado local para a indústria. A “grande industrialização” ocorreu, a partir de 1880, no nordeste de Santa Catarina, no mesmo molde de Blumenau de acordo com SINGER<sup>22</sup>. O Pólo Têxtil de Santa Catarina, concentrado no Vale do Itajaí, participa com 25% do valor de transformação industrial do Estado e emprega mais de 91.000 pessoas, em 4.000 empresas. A região tem um perfil exportador onde as grandes e médias indústrias sofrem forte competição no mercado internacional, principalmente no requisito qualidade. O setor de vestuário é composto por uma grande quantidade de micro e pequenas empresas voltadas, basicamente, para o mercado nacional. A sua estrutura produtiva em 1997 ocupava a terceira posição nacional, exportando US\$ 330 milhões, 12% das exportações de Santa Catarina.

Vemos que o início da industrialização do Estado de Santa Catarina veio do processo de acumulação de capitais oriundos da venda dos excedentes agrícolas no mercado interno brasileiro e do mercado local, pela divisão social do trabalho entre o campo e a cidade. O processo de industrialização não foi liderado pelos comerciantes, como inicialmente pode parecer, pois os artesãos e operários representavam mais de 50% dos empreendedores. “O pequeno tamanho das

---

<sup>22</sup> Segundo este autor, “as possibilidades de expansão da indústria em Blumenau estavam condicionadas ao estabelecimento de uma divisão de trabalho entre campo e cidade e uma ‘monetarização’ crescente da produção camponesa (...). A criação de indústrias, ao provocar a urbanização, desencadeou um processo cumulativo: o mercado urbano em crescimento estimula os camponeses a comercializar maior parte de sua produção; com o dinheiro assim ganho, os agricultores adquirem mais produtos industriais, o que permite nova expansão da indústria e esta, por sua vez, volta a expandir a cidade, alargando o mercado urbano, etc.” (Singer, 1977).

empresas explica-se pelo próprio tamanho das propriedades agrícolas” (Raud, 1999), basicamente familiares. Como a maioria das ações era empreendida pela sociedade civil, aos poucos seus representantes passaram a ter um papel ativo no processo de desenvolvimento.

A industrialização catarinense também está atrelada, como a brasileira, a acontecimentos e políticas no mercado internacional. A exemplo disso, vemos que a Primeira Guerra Mundial e a década de 20, do século passado, representaram uma mudança na linha que o desenvolvimento vinha tomando em Santa Catarina, pois a forte substituição de importações nos grandes mercados nacionais impactou diretamente a cadeia produtiva catarinense. Várias pequenas empresas familiares, com trabalho artesanal para uma demanda local, transformaram-se em unidades de produção de manufaturas. Na seqüência, com os lucros acumulados no período da guerra, a produção local foi ampliada, fazendo com que a pequena oficina se transformasse em uma empresa, importando bens de capital, facilitado pelo câmbio valorizado na época, meados de 1923.

Essa transformação verticalizou as produções locais, como em São Bento, onde alguns proprietários de serrarias começaram a aproveitar a grande quantidade de resíduos e montaram oficinas de carpintaria. Em Blumenau, ocorreu um processo semelhante, no qual as tecelagens, aos poucos, foram integrando-se com as fiações e tinturarias. Com isso, as exportações de tecidos e artefatos de algodão tiveram um aumento de 310% entre 1914 e 1919<sup>23</sup>.

Mesmo com a crise de 1929, a economia catarinense não sofreu grandes perdas devido ao seu mercado local, com pequenas propriedades e a policultura, e as “exportações” para o próprio mercado brasileiro, aquecido devido à poupança interna decorrente da política de defesa do café. A substituição das importações continuou, como é o caso da madeira, até então exportada, que passou a ser processada expandindo, assim, o setor mobiliário de compensados e laminados

fazendo surgir os setores de papel e pasta mecânica na região do Planalto de Lages. E ainda, surge em 1932 o setor mecânico de máquinas para beneficiar a madeira em Joinville.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a importação de matérias-primas, insumos e máquinas foi prejudicada, desacelerando a expansão do setor industrial catarinense, bem como do brasileiro. Foi nesse período que ocorreram os primeiros negócios com países da América Latina, para onde foram parte das exportações durante a guerra. Ainda durante esse período, houve uma expansão da indústria alimentar no oeste catarinense, passando do comércio de suínos vivos para derivados e embutidos, e a inserção do setor mecânico e moveleiro nos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro. Como exemplo, a produção de pasta mecânica passou de 90,5 toneladas em 1939, para 4,2 mil toneladas em 1943<sup>24</sup>.

A taxa de crescimento da economia regional entre 1950 e 1980 atingiu, em média, 7% ao ano. Novas fábricas foram abertas e as existentes passaram por um processo de reformulação de seus processos produtivos baseados em quatro fatores: (a) facilidade no acesso a equipamentos importados; (b) expansão do mercado regional e para dentro do mercado nacional; (c) possibilidade de acesso a novas fontes de matérias-primas com a expansão e melhoramento dos transportes; e (d) acesso ao crédito.

Como a decisão para instalar uma indústria é galgada nas condições de transporte e na qualidade da mão-de-obra disponível, Blumenau e São Bento têm seus setores produtivos (têxtil e moveleiro) dinamizados. Esse efeito fica claro quando se verifica a criação de novas empresas por parte de trabalhadores qualificados que, com o aumento da demanda, decidem ter suas próprias empresas. A indústria cerâmica, que surgiu nos meados de 1950, na região de Lages e Criciúma, que utiliza matérias-primas locais e lucros vindos do carvão, é

---

<sup>23</sup> Apud CEAG, 1980.

<sup>24</sup> Ibidem.

estimulada pelo aumento da construção civil, em um surto de urbanização nos anos 60. O setor metal-mecânico de Joinville começa a desenvolver e fabricar novos tipos de conexões para a indústria do petróleo, e passa a produzir para o setor de autopeças, estimulado pelo crescimento da indústria automobilística no país. Na região de Chapecó, a expansão e a integração dos transportes incentivaram a economia local, com a modernização das propriedades agrícolas e o crescimento das agroindústrias. Segundo RAUD (1999), “nessa região, como no Planalto, o processo de industrialização levou a um processo de urbanização”.

Desta forma, verificamos que se no início da década de 60, a maior parte da renda do Estado vinha do setor primário (45,15%), com o processo de industrialização, que se mostrou diversificado, a participação deste setor na renda do Estado, em 1985, foi de 18,55%. Outra forma de vermos a expansão da indústria catarinense é na sua participação no conjunto da produção industrial brasileira, que passou de 2,3%, em 1939, a 4,2%, em 1980. O acréscimo pode parecer pequeno, mas ao verificar a participação de alguns setores como o têxtil (7,4%), vestuário (10,5%), produtos plásticos (9,8%), madeira (18,4%) e moveleiro (8,53%), vemos a especialização da indústria de Santa Catarina em alguns ramos.

Uma consequência do aumento da participação catarinense na produção brasileira é o crescimento, também, na participação das exportações nacionais, que saltou de 1,4%, em 1970, para 4,77%, em 1991 e para 4,92%, em 2000. Porém, houve uma inversão na posição de alguns produtos nesse período. Em 1970, a madeira liderava as exportações no Estado, com 61,6% do total, não atingindo 1%, em 1983. Até o início da década de 70, os produtos semimanufaturados representavam mais de 66% das exportações, enquanto que em 1980 não passaram de 7,7%; em 1990 atingiram 2,96% e em 2000 chegaram a 4,94%. Já o grupo de produtos manufaturados elevou a sua participação de 11,8% para 51,7% em 1980, 58,10% em 1990 e 69,43% em 2000, demonstrando o grau de evolução do setor industrial catarinense e a reestruturação do perfil das exportações quanto ao grau de processamento dos produtos.



Para finalizar, no que diz respeito à distribuição das atividades econômicas e da população dentro do Estado, até 1980, Santa Catarina apresentou um padrão diferente do brasileiro, devido ao processo de colonização e de industrialização, como já foi apresentado. Isso é verificado quando se avalia a taxa de urbanização, que aumenta paralelamente ao processo de industrialização, indo de 21,5%, em 1940, para 59,4% em 1980, e chegando a 78,70%, em 2000. Dessa forma, não há metropolização, e sim uma distribuição da população e dos processos produtivos em diversos pólos<sup>25</sup>.

## **1.1 O Estado de Santa Catarina e seu Parque Industrial**

O Estado de Santa Catarina caracteriza-se pela formação de pólos especializados<sup>26</sup>, onde vários pequenos municípios circundam uma ou duas cidades maiores, e atualmente também podem ser considerados pólos de crescimento.

Segundo PAELINK<sup>27</sup>, um pólo de crescimento consiste em uma ou mais indústrias que, pelos seus fluxos de produto e de renda, levam ao crescimento das demais indústrias a elas ligadas tecnologicamente (polarização técnica); determinam a expansão do setor terciário por intermédio da renda gerada (polarização da renda), e produzem um aumento da renda regional devido à progressiva concentração de novas atividades numa dada área, sob a hipótese de que esta possua os necessários fatores de produção (polarização psicológica e geográfica). Esta é uma característica marcante da economia catarinense, onde todas as regiões participam significativamente na formação do Produto Interno Estadual. E

---

<sup>25</sup> Segundo MAMIGONIAN (1986), em 1970, cerca de 96% das empresas em Santa Catarina eram pequenas, o que representava 43% do PEA.

<sup>26</sup> Basicamente, são seis pólos industriais, conforme a Diretoria de Desenvolvimento Econômico da Secretaria de Desenvolvimento e Integração ao Mercosul - SDE.

<sup>27</sup> Apud TOLOSA, 1974.

os reflexos positivos, na distribuição da renda gerada e no processo de urbanização, consolidam-se em uma malha de cidades de médio porte com melhor qualidade de vida.

A tabela 2 mostra a participação das micros (1 a 19 empregados), pequenas (20 a 99 empregados), médias (100 a 499 empregados) e grandes empresas (500 ou mais empregados) no cenário da economia industrial catarinense. As micros e pequenas empresas oferecem cerca de 70% do total de empregos no Estado, em 130 mil pequenos negócios, o que resulta em uma média de uma empresa para cada 36 habitantes. Essas empresas respondem por 50% dos salários pagos e por 24% de seu PIB<sup>28</sup>.

**Tabela 2 – Participação das Micros, Pequenas, Médias e Grandes Empresas na Economia de Santa Catarina**

Região	Pólo Industrial	Empresa				Empregado
		Micro	Pequena	Média	Grande	
Sul	Mineral	1.365	124	27	6	23.865
Centro	Têxtil e Vestuário	3.491	448	117	31	90.730
Nordeste	Eletro – metal – mecânico	1.821	245	67	13	58.963
Norte e Planalto	Madeira – Papel – Mobiliário	3.561	528	119	13	71.079
Oeste	Agroindústria	1.850	204	45	17	52.780
Diversas	Outras Indústrias	5.408	598	106	13	79.583
<b>Total</b>		<b>17.496</b>	<b>2.147</b>	<b>481</b>	<b>93</b>	<b>377.000</b>

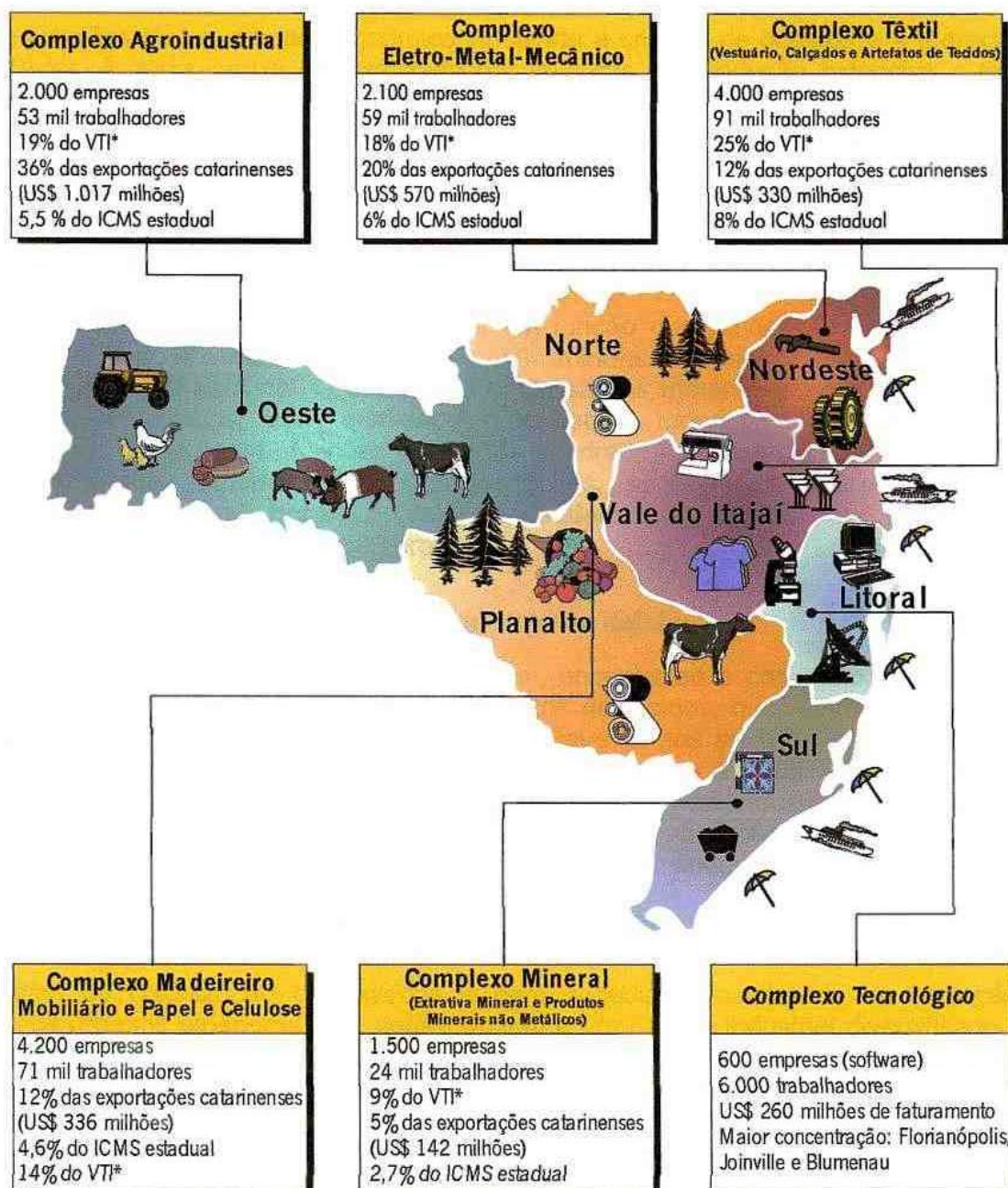
Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 1996.

Um outro fator que deve ser levado em conta na avaliação do desenvolvimento regional catarinense é o fato de que a distribuição espacial dos recursos naturais e dos mercados consumidores não são iguais para todas as regiões. Por esse motivo, o desenvolvimento econômico tem sido um processo regionalmente

<sup>28</sup> Apud SEBRAE, 1996.

diversificado, uma vez que algumas regiões possuem maiores especificidades do que outras, na distribuição dos recursos naturais demandados.

**Ilustração 2 - Divisão das Regiões de Santa Catarina**



(\*) VTI - Valor de Transformação Industrial

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, 1998.

A ilustração acima mostra que, em decorrência de sua formação histórica e da disponibilidade de recursos naturais, o parque industrial catarinense pode ser dividido em 6 (seis) grandes complexos, com características próprias e distintas.

Recentemente, a abertura das fronteiras permitiu a modernização dos equipamentos e atingiu essencialmente as grandes empresas. Frente à elevação do nível de qualidade exigido pela internacionalização dos mercados, que acelerou a utilização de novas técnicas e a necessidade de uma mão-de-obra especializada, as empresas buscam uma maior articulação e apoio das instituições públicas locais.

Nesse sentido, foi criado o Pólo Tecnológico do Estado de Santa Catarina. Localizado no litoral catarinense e com sede na capital do Estado, Florianópolis, este pólo surgiu com a criação de empresas de alta tecnologia. Suas especialidades estão centradas em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação, telecomunicações, eletroeletrônica, mecânica de precisão, informática, novos materiais, engenharia biomédica e serviços tecnológicos.

O Pólo Tecnológico da grande Florianópolis – Tecnópolis – abrigava, até 1999, 120 empresas de informática – 20% do total de empresas do estado – com 1.800 empregos diretos – 30% do total do setor - e um faturamento anual de US\$ 50 milhões.

As condições naturais e o processo de povoamento levaram à formação de regiões industriais relativamente autônomas e especializadas em um ou alguns setores. Os seis principais pólos industriais organizam-se em cidades médias (capitais regionais) que possuem algumas grandes empresas e muitas micro e pequenas. O sucesso econômico de Santa Catarina explica-se em grande parte por essa configuração industrial.

Nesses sistemas produtivos, as empresas se beneficiam de economias externas, tais como a presença de uma mão-de-obra qualificada, micro e pequenas empresas especializadas, de serviços, de equipamentos e de um eficiente sistema de abastecimento de matéria-prima. Além disso, a competitividade local vem de esforços constantes na qualidade e inovação, favorecida pelos investimentos na modernização do parque produtivo.

Tentamos mostrar que todo esse processo enraíza-se em condições socioeconômicas particulares herdadas da forma de povoamento do Estado de Santa Catarina. Parece evidente que alguns indivíduos, ou grupos de pessoas, assumiram a liderança da industrialização, mas isso só foi possível por causa do tipo de sociedade no qual eles se inseriram. O processo de industrialização no seio das colônias de pequenos proprietários explica-se pela presença de matéria-prima, de uma mão-de-obra com conhecimento técnico e espírito empresarial e de um mercado local.

Concluindo, a segmentação do Estado em pólos regionais é uma característica peculiar do Estado de Santa Catarina, onde o destaque é o meio de produção empregado durante muito tempo de forma artesanal e a formação da mão-de-obra desenvolvida de maneira interna, explorando os recursos naturais existentes.

## 2. ABERTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA E O ESTADO DE SANTA CATARINA

Desde a sua origem, o capitalismo caracterizou-se por ser um sistema em que a interdependência econômica e política entre as nações constituiu um elemento fundamental para o seu funcionamento. Este sistema sempre teve relações entre as diversas regiões do planeta, integrando-as (muitas vezes à força, por meio do colonialismo) à sua racionalidade econômica.

A partir principalmente da década de 80, o capitalismo conheceu um processo de aceleração sem precedentes que passou a definir a nova tendência do mundo atual: a globalização da economia. Esta tendência é um dos processos de mundialização das relações entre as nações, ao mesmo tempo em que provoca uma mudança na concepção do papel dos Estados Nacionais<sup>29</sup>.

Apesar de o conceito de globalização permanecer ainda impreciso, vemos o “seu crescente uso, em particular na análise das mudanças econômicas e políticas ocorridas tanto no âmbito internacional quanto no dos vários países do mundo” (LASTRES, 1997). É reconhecido que um sistema mundial ou global existe além das sociedades nacionais “e que o termo procura dar conta de uma nova formação capitalista, cristalizada nas últimas décadas com incessante processo de acumulação e internacionalização dos capitais” (*ib.*).

Nas últimas décadas, as transformações de diversos sistemas econômicos e o dinamismo do processo evolutivo da economia mundial mostraram que a tendência da expansão econômica conduziu a abertura das economias e a consolidação do processo de formação de blocos para assimilar a globalização dos mercados.

---

<sup>29</sup> Os Estados Nacionais tinham como pressuposto uma unidade territorial, comandada por uma autoridade política única e integrada por uma economia de base nacional.

O ritmo do processo de abertura adotado pelo Brasil na segunda metade do século passado foi ditado pela realidade econômica e política de cada momento. O país assumiu posturas ora protecionistas, ora mais liberais, de maneira a administrar questões internas como déficits na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações no câmbio, questões políticas e diplomáticas, etc.

Num primeiro período, entre 1957 e 1988, a estrutura tarifária no Brasil caracterizou-se pela incidência de redundância tarifária<sup>30</sup> em toda a cadeia produtiva, decorrente da proliferação de regimes especiais de importações e de barreiras não-tarifárias, e por uma expressiva estabilidade das alíquotas. Esse período caracterizou-se pelo protecionismo atrelado à política de substituição de importações (principalmente na década de 70, devido à crise do petróleo).

Depois, entre 1988 e 1993, realizou-se um amplo processo de liberalização comercial no qual se concedeu maior transparência à estrutura de proteção, eliminando-se as principais barreiras não-tarifárias e reduzindo-se gradativamente o nível e o grau de proteção da indústria local. Entre 1988 e 1989, a redundância tarifária média caiu de 41,2% para 17,8%, foram abolidos os regimes especiais de importação (exceto os vinculados ao incentivo às exportações, ao governo e a acordos internacionais), unificaram-se os diversos tributos incidentes sobre as compras externas e reduziram-se levemente o nível e a variação do grau de proteção tarifária da indústria local, com a tarifa média passando de 51,3% para 37,4%.

Em 1990, foi instituída a nova Política Industrial e de Comércio Exterior, que extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importações e definiu um cronograma de redução das tarifas de importação. As reduções dar-se-iam gradualmente entre 1990 e 1994, de modo

---

<sup>30</sup> Redundância tarifária significa uma diferença entre a tarifa nominal e a real. Isso ocorre devido à fixação de barreiras não-tarifárias a produtos e, ao mesmo tempo, regimes especiais de sua importação.

que, no final do período, a tarifa máxima seria de 40% e a média de 14%. Embora o cronograma tarifário tenha sido mantido somente até outubro de 1992, quando ocorreu uma antecipação das reduções previstas para 1993 e 1994, a estrutura de proteção foi definida da seguinte forma:

- Produtos sem similar nacional, com nítida vantagem comparativa e proteção natural elevada ou *commodities* de baixo valor agregado, tiveram alíquota nula;
- Alíquota de 5% foi aplicada a produtos que já possuíam esse nível tarifário em 1990;
- Tarifas de 10% e 15% foram destinadas aos setores intensivos em insumos com tarifa nula;
- A maior parte dos produtos manufaturados recebeu a alíquota de 20%, enquanto as indústrias de química fina, trigo, massas, toca-discos, videocassete e aparelhos de som teriam 30%; e
- Os setores automobilísticos e de informática teriam proteção nominal de 35% e 40%, respectivamente.

Em 1995, com o Plano Real já em vigor e as políticas de integração comercial do Mercosul em andamento, a condução da política de importações passou a se subordinar aos objetivos da estabilização de preços e proteção (mesmo que moderada) dos setores mais afetados pela recente abertura. Esses dois interesses passam a exercer pressões antagônicas, já que o primeiro demanda maior abertura da economia para as importações, enquanto o segundo baseia-se no oposto.



A Tabela 4 mostra a nítida tendência de queda da tarifa média de importação até 1995, refletindo os avanços no processo de abertura comercial brasileiro. A alíquota média caiu pela metade entre 1990 e 1993 e continuou em queda até o fim do período. A partir de 1996, no entanto, observou-se pequeno viés de alta nas alíquotas de importação, na tentativa de conter o aumento do déficit em conta corrente devido, entre outros fatores, à estabilidade do real.

Tabela 3 – Imposto de Importação

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Alíquota	32,1	25,2	20,8	16,5	14,0	13,1

Fonte: BNDES.

Entre 1996 e 1997, a tarifa média geral subiu de 13,6% para 13,8% e, em seguida, de 14,23%, no primeiro semestre de 1997, para 16,69% no mesmo período do ano seguinte. A análise desagregada das tarifas de importação para o período mostra que os setores que sofreram maior aumento entre 1997 e 1998 (primeiro semestre) foram o de bens de capital (de 9,76% para 16,34%) e o de matérias-primas e produtos intermediários (de 9,9% para 12,3%).

**Tabela 4 – Alíquotas médias das Importações Brasileiras**

Destinação Econômica	1996		1997		jan-jun 1997		jan-jun 1998	
	Alíquota Nominal	Alíquota Real	Alíquota Nominal	Alíquota Real	Alíquota Nominal	Alíquota Real	Alíquota Nominal	Alíquota Real
Matérias-Primas e Produtos Intermediários	8,97	4,91	9,41	5,48	9,90	5,82	12,31	7,61
Bens de Capital	11,97	7,37	11,16	7,73	9,76	6,46	16,34	12,45
Bens de Consumo	24,55	11,07	25,94	10,06	29,58	12,11	26,34	10,36
Bens de Consumo Duráveis	35,39	13,58	37,05	11,89	37,58	13,50	36,73	12,36
Bens de Consumo Não-duráveis	15,03	8,86	14,49	8,16	19,15	10,30	16,77	8,51
Equipamentos de Transporte	18,99	6,20	19,38	6,28	19,86	6,84	21,71	8,07
Combustíveis e Lubrificantes	11,44	7,75	9,06	6,29	11,40	7,66	9,79	7,10
Material de Construção	12,19	8,29	13,95	8,08	13,48	9,03	17,74	10,45
Não-Especificado	12,51	6,72	11,26	9,88	10,47	9,20	0,00	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>13,60</b>	<b>7,05</b>	<b>13,80</b>	<b>7,04</b>	<b>14,23</b>	<b>7,33</b>	<b>16,69</b>	<b>9,27</b>

Fonte: Secretaria da Receita Federal - COGET.

Elaboração: Instituto de Ciências Econômicas e Gestão (ICEG).

Outro dado notável é a grande diferença, na maioria dos casos, entre as alíquotas nominais e as reais, que descontam os regimes especiais de importação (ex: ALADI, Mercosul, zonas francas, regime automotivo, etc.), refletindo o ainda elevado grau de renúncia fiscal da economia brasileira.

Entre 1988 e 1997, as exportações brasileiras passaram de US\$ 33,8 bilhões para US\$ 53 bilhões, um aumento de 57%, com crescimento médio anual de 4,6%. No mesmo período, as importações quadruplicaram, crescendo em média 15,4% a.a. e atingindo US\$ 61,3 bilhões. Essa assimetria nos ritmos de crescimento levou a uma inversão no sinal do saldo da balança comercial: o superávit de US\$ 19,2 bilhões, em 1988, transformou-se no déficit de US\$ 8,4 bilhões, em 1997<sup>31</sup>. Em

<sup>31</sup> Isso confirma a fragilidade estrutural da posição competitiva brasileira, baseada em setores produtores de *commodities*. Essa fragilidade demonstra que setores produtores de manufaturas de alto valor agregado e de

1998, as exportações caíram 3,5%, em razão da crise internacional impulsionada pela crise asiática e pelo menor crescimento do comércio mundial, quando, ao contrário, no início do ano previa-se que as exportações teriam crescimento similar ao de 1997. Como as importações caíram 6,2%, o déficit comercial ficou em US\$ 6,57 bilhões.

**Tabela 5 - Balança Comercial Brasileira: Exportações, Importações e Resultados**

US\$ 1.000 F.O.B.

Ano	Exportação		Importação		Resultados		
	(A)	Var. %	(B)	Var. % (*)	Saldo (A-B)	Corrente Comércio (A+B)	Cobertura (A/B)
1990	31.413.759.742	-8,63	20.661.362.039	13,17	10.752.397.703	52.075.121.781	1,52
1991	31.620.461.387	0,66	21.041.458.690	1,84	10.579.002.697	52.661.920.077	1,50
1992	35.792.985.844	13,20	20.554.091.051	-2,32	15.238.894.793	56.347.076.895	1,74
1993	38.554.712.942	7,72	25.256.000.927	22,88	13.298.712.015	63.810.713.869	1,53
1994	43.545.162.212	12,94	33.078.690.132	30,97	10.466.472.080	76.623.852.344	1,32
1995	46.506.282.414	6,80	49.971.896.207	51,07	-3.465.613.793	96.478.178.621	0,93
1996	47.746.728.444	2,67	53.345.767.156	6,75	-5.599.038.712	101.092.495.600	0,90
1997	52.994.340.527	10,99	59.838.104.619	12,17	-6.843.764.092	112.832.445.146	0,89
1998	51.139.861.545	-3,50	57.714.365.169	-3,55	-6.574.503.624	108.854.226.714	0,89
1999	48.011.444.034	-6,12	49.210.313.539	-14,73	-1.198.869.505	97.221.757.573	0,98
2000	55.085.595.326	14,73	55.783.343.035	13,36	-697.747.709	110.868.938.361	0,99

**Obs:** (\*) VAR % => CRITÉRIO DE CÁLCULO: Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal / mensal = Sobre o mês anterior.

(\*\*) PART. % => Participação percentual sobre o Total Geral do Brasil.

**IMPORTAÇÃO => Base ALICE - out/01, País de Origem. Dados definitivos até dez/96. Dados preliminares para os meses seguintes.**

**EXPORTAÇÃO => Base ALICE - out/01, País de Destino Final.**

sofisticado conteúdo tecnológico possuem pouco espaço na pauta exportadora brasileira (Estudo da

Na recente evolução das exportações nacionais de forma desagregada, os números revelam que, durante todo o período, a composição relativa das exportações brasileiras, por setor, permaneceu basicamente estável, com os manufaturados representando em torno de 55% do total exportado; os básicos cerca de 25% e os semimanufaturados ao redor de 15%. De 1997 a 1998, o único setor que apresentou algum crescimento nas exportações, e mesmo assim de pequena expressão, foi o de manufaturados, que teve nos automóveis, partes e peças para veículos seus principais produtos exportados. Os outros setores foram mais afetados pela crise global e o conseqüente encolhimento da demanda internacional, principalmente o setor de produtos básicos, que vinha em recuperação desde 1995, mas sofreu também com a queda dos preços das *commodities*. Entre os principais produtos primários exportados estão os minérios de ferro, a soja e o café crus em grãos.

**Tabela 6 – Exportações e Importações por Fator Agregado**

**US\$ Milhões F.O.B.**

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>EXPORTAÇÃO</b>	<b>43.545</b>	<b>46.506</b>	<b>47.747</b>	<b>52.990</b>	<b>51.140</b>	<b>48.011</b>	<b>55.086</b>
Básicos	11.058	10.969	11.900	14.474	12.977	11.828	12.561
Produtos Industrializados	31.852	34.711	35.026	37.672	37.507	35.311	41.027
Semi- Manufaturados	6.893	9.146	8.613	8.478	8.120	7.982	8.499
Manufaturados	24.959	25.565	26.413	29.194	29.387	27.329	32.528
Operações Especiais	635	826	821	844	656	872	1.498
<b>IMPORTAÇÃO</b>	<b>33.078</b>	<b>49.972</b>	<b>53.301</b>	<b>59.747</b>	<b>57.730</b>	<b>49.272</b>	<b>55.783</b>
Mat.-Primas e Bens Intermediários	13.634	22.509	24.560	26.014	26.813	24.042	28.524
Bens de Consumo	5.314	10.916	9.768	11.233	10.712	7.418	7.307
Combustíveis e Lubrificantes	4.342	5.219	6.220	5.824	4.107	4.257	6.362
Bens de Capital	9.788	11.328	12.753	16.676	16.098	13.555	13.590

Competitividade da Indústria Brasileira, 1993; Associação dos Exportadores Brasileiros, 1997; COUTINHO, 1997), exceto para o Mercosul e alguns países latino-americanos, onde a exportação de produtos manufaturados é crescente (LAPLANE e SARTI, 1998).

<b>SALDO</b>	<b>10.467</b>	<b>-3.466</b>	<b>-5.554</b>	<b>-6.757</b>	<b>-6.590</b>	<b>-1.261</b>	<b>-697</b>
--------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	-------------

Fonte: SECEX, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

Elaboração: Autor.

O Brasil pode ser considerado um país pequeno se for levada em consideração a sua importância no total das exportações mundiais. Em 2000, essa participação era de apenas 0,87% do total<sup>32</sup>, comparada a um pico no século 20, de 2,2% em 1952, quando os preços do café cresceram espetacularmente. Evidentemente, no caso de produtos específicos, essa participação é substancialmente maior, especialmente em alimentos como café (17,8% das exportações mundiais), tortas para animais (10,2%), soja em grão (15,5%), açúcar (13,5%) e suco de laranja (80%), e também em produtos industrializados selecionados, tais como manufaturas de ferro e aço em formas primárias (6,3%).

Comparada com a estrutura das exportações mundiais, “a existente no Brasil caracteriza-se pela maior importância conferida aos alimentos (quase 30% das exportações totais em 1997, em comparação com menos de 9% para o mundo), compensada pela menor importância das exportações de manufaturas (54% do total contra a 7,5%)” (ABREU, 2002). O agregado minérios e combustíveis é comparável no Brasil e no mundo (em torno de 11%), mas o país praticamente não exporta combustíveis, enquanto estes respondem por 8% das exportações mundiais totais (UNCTAD,2000).

Sobre as exportações brasileiras, segundo o destino, nota-se que os mercados mais importantes na década de 90, considerando-se crescimento relativo e volume exportado, foram o NAFTA (crescimento de 179%, entre 1990 e 2000, com um volume de US\$ 15,6 bilhões no último ano), a União Européia (145% e US\$ 14,8 bilhões), e o Mercosul (586% e US\$ 7,7 bilhões, respectivamente). Este último se destaca pelo crescimento do comércio no período descrito, tornando-se o terceiro principal destino das exportações brasileiras.

<sup>32</sup> Estados-membros de zonas de livre-comércio ou mercados comuns sendo considerados individualmente.

Em 1996, a União Européia era o principal destino dos produtos brasileiros, com 27% do total exportado pelo Brasil, seguida pelo NAFTA (22%) e pela Ásia (16%). Em 1998, as exportações para os Estados Unidos e para a Europa cresceram, respectivamente, 4,9% e 1,6% em relação a 1997, refletindo um possível potencial de maior crescimento das exportações para essa última região, o que não se concretizou.

As vendas para os países da ALADI e para a Ásia, entre 1997 e 1998, caíram 2% e 27,4%, respectivamente, em especial devido à crise asiática. Em relação aos países latino-americanos, em 2000, a ALADI e o Mercosul absorveram 23% das exportações brasileiras. Do total de quase US\$ 13 bilhões exportados por este par, US\$ 7,7 bilhões tiveram o Mercosul como destino (60% do total). As vendas para a Argentina representavam mais de 13% das vendas externas totais do Brasil, participação individual inferior apenas à dos Estados Unidos. Fora o Mercosul, os principais países da ALADI a absorverem as exportações brasileiras são o Chile (2%), o México (2%), a Venezuela (1,4%) e a Bolívia (1,3%). Essas exportações apresentam ainda valor bastante reduzido, possuindo grande potencial de crescimento.

**Tabela 7 - Exportações Brasileiras por Blocos Econômicos**

**US\$ 1.000 F.O.B.**

	<b>1990</b>	<b>1993</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>
Oriente Médio	1.075.622	1.245.037	1.344.651	1.338.239	124%	3%	2%
ÁFRICA**	1.012.322	1.112.294	1.527.022	1.346.818	133%	3%	2%
ALADI*	1.958.012	3.769.533	3.665.616	5.168.608	264%	8%	9%
ÁSIA**	5.267.300	6.112.454	7.813.797	6.324.177	120%	16%	11%
MERCOSUL	1.320.244	5.386.909	7.305.281	7.733.069	586%	15%	14%
União Européia	10.164.299	10.190.388	12.836.063	14.784.089	145%	27%	27%
NAFTA	8.745.363	9.440.010	10.496.987	15.643.005	179%	22%	28%
<b>TOTAL</b>	<b>31.413.756</b>	<b>38.554.769</b>	<b>47.746.728</b>	<b>55.085.595</b>	<b>175%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: SECEX, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

Elaboração: Autor.

Obs: (\*) Exclusive Mercosul, (\*\*) Exclusive Oriente Médio, (1) Razão entre 2000 e 1991, (2) Participação no total em 1996, (3) Participação no total em 2000.

No geral, o desempenho decepcionante das exportações, nos anos 90, pode ser interpretado como “resultado de uma transição gradual para um regime comercial aberto, sob um ambiente macroeconômico inóspito e que, em função disso, refletiu todos os problemas envolvidos em um esforço dessa magnitude” (MOREIRA & PINHEIRO, 2000). No entanto, olhando para o futuro, as perspectivas para as exportações, principalmente de manufaturados, nunca foram tão positivas. Por um lado, a liberalização comercial cortou drasticamente o viés antiexportação, promoveu um aumento substancial da produtividade e permitiu o acesso dos exportadores a equipamentos e insumos a preços internacionais. Por outro lado, os exportadores, pela primeira vez, desde a abertura da economia, desfrutaram um ambiente macroeconômico e institucional favorável a um bom desempenho das exportações. Nesse ponto, destacam-se uma taxa de câmbio mais realista e um esquema mais racional e eficiente de financiamento. Os resultados já são visíveis. No último trimestre de 1999, as exportações cresceram cerca de 11,3% (em comparação com o mesmo período em 1998) e, no primeiro trimestre de 2000, a expansão das exportações rompeu a marca dos 19,9%, liderada pelas exportações de produtos manufaturados, que cresceram 28% (BNDES, 2002).

## **2.1 O Comércio Exterior Catarinense**

As características estruturais do comércio exterior catarinense são, em alguns pontos, bastante similares ao comércio exterior brasileiro e marcam seu comportamento recente com traços bastante específicos.

Antes de analisarmos os fluxos comerciais exteriores da economia de Santa Catarina na década de 1990, vamos assinalar algumas características peculiares de sua evolução na década anterior, isto é, nos anos 80.

O primeiro ponto em que devemos observar é o rápido crescimento do valor das exportações e o fenômeno inverso nas importações. Claramente, Santa Catarina obteve uma balança comercial, nesse período, muito favorável, com a taxa de cobertura melhorando cerca de sete vezes, passando de 66%, em 1980, para 446% em 1990, e finalizando 2000 com 283% (Tabela 9).

Apesar de ter mantido sua participação nas exportações brasileiras em torno de 5% ao ano, o estado passou da oitava posição, dentro do *ranking* dos Estados brasileiros exportadores, em 1980, para o quinto lugar em 1993, mantendo-se nessa posição até 2000. Os Estados que mais exportaram em 2000, foram São Paulo com um total de US\$ 19.788 milhões, Minas Gerais com US\$ 6.711 milhões, Rio Grande do Sul com US\$ 5.780 milhões, Paraná com US\$ 4.392 milhões, e Santa Catarina com US\$ 2.712 milhões em produtos exportados naquele ano.

No que se refere às importações, estas representavam em 1991, menos de 1% do total das importações brasileiras naquele ano. Em 2000, esse percentual cresceu para 1,74%. Todos os resultados vieram acompanhados de algumas mudanças na orientação geográfica e na estrutura do comércio exterior catarinense, como veremos adiante.



**Tabela 8 - Intercâmbio Comercial Catarinense****US\$ 1.000 FOB**

ANO	EXPORTAÇÃO (A)	VARIAÇÃO RELATIVA	IMPORTAÇÃO (B)	VARIAÇÃO RELATIVA	SALDO (A-B)	CORRENTE COMÉRCIO (A+B)	COBERTURA
1980	858.105	0,00	1.298.855	0,00	-440.750	2.156.960	0,6606627
1985	1.001.260	-13,25	390.520	-8,06	610.740	1.391.780	2,5639148
1990	1.456.377	1,59	326.494	-37,89	1.129.883	1.782.871	4,4606536
1995	2.652.025	10,29	1.198.541	36,52	1.453.484	3.850.566	2,2127113
2000	2.711.703	5,62	956.716	8,45	1.754.987	3.668.419	2,8343856

Fonte: SECEX, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

Elaboração: Autor.

Na sua evolução, os Estados Unidos continuaram como um dos principais parceiros, com uma participação de 14,38%, mas foram superados pela Argentina, que passou de 12,26%, em 1991, para 16,59%, em 2000. Destacamos, também, a queda na participação da Alemanha, que era o país que mais vendeu para Santa Catarina, em 1991, com 23,18%, para 8,34% em 2000, além da diversificação de países.

**Tabela 9 – Distribuição Geográfica das Importações por Países**

**Em Porcentagem (%)**

<b>Países</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
ALEMANHA	23,18	8,34
ESTADOS UNIDOS	16,15	14,38
ARGENTINA	12,26	16,59
PARAGUAI	0,00	6,61
ITÁLIA	6,47	8,32
ESPANHA	0,00	2,56
FRANÇA	0,00	4,59
SUIÇA	7,75	2,04
MÉXICO	0,00	1,88
URUGUAI	0,00	4,11
JAPÃO	0,00	2,32
PAÍSES BAIXOS	2,52	1,33
REINO UNIDO	0,00	1,13
SUBTOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES	68,33	74,19
SUBTOTAL DOS DEMAIS PAÍSES	31,67	25,81
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES NO PERÍODO	100,00	100,00

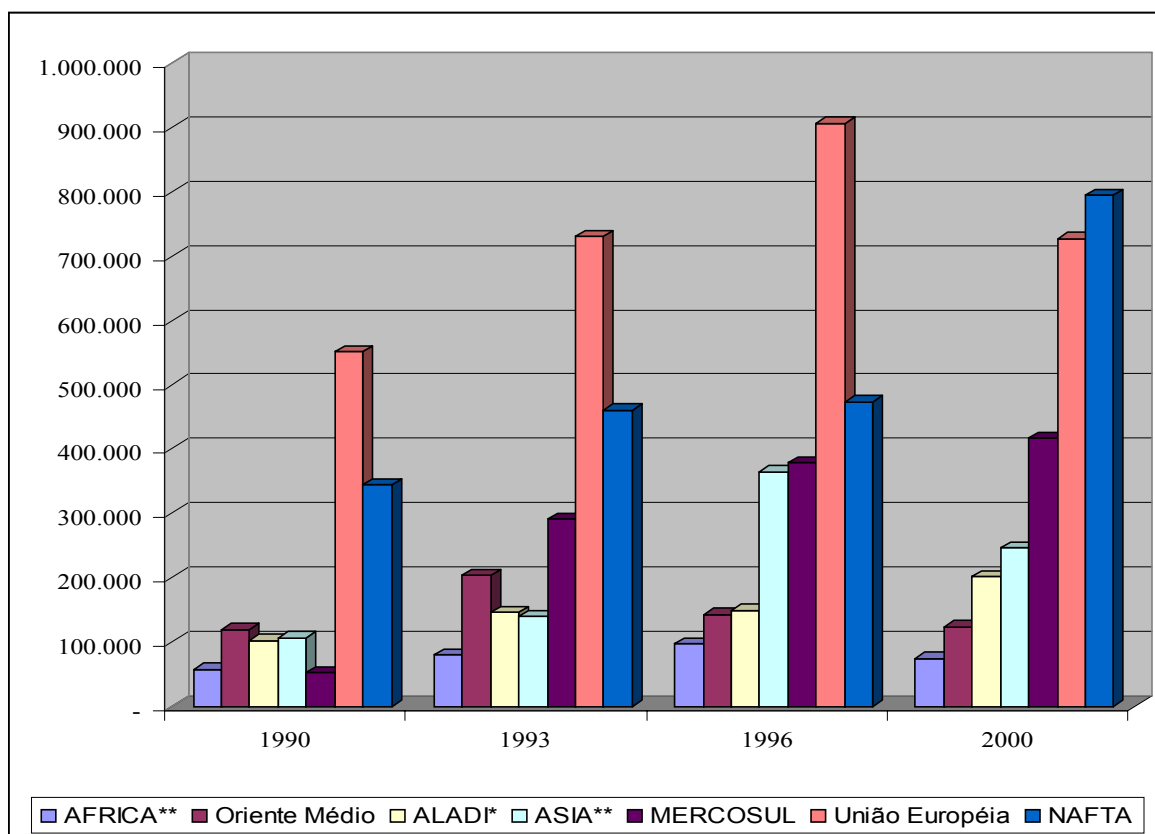
Fonte: SECEX, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

Elaboração: Autor.

Dentro do perfil das exportações de Santa Catarina, observa-se claramente a importância do comércio com os países, ou blocos, industrializados em comparação aos demais. Historicamente, as exportações de Santa Catarina têm, em sua maioria, destino para os Estados Unidos e Europa. No gráfico 3, podemos ver a distribuição geográfica das exportações de Santa Catarina por Blocos Econômicos, sendo o NAFTA, até o ano de 1992, a relação comercial com os Estados Unidos, pois o primeiro ainda não existia.

### Gráfico 3 – Exportações Catarinenses por Blocos Econômicos

US\$ 1.000 F.O.B.



Recentemente, podemos dizer que o destino de mais de 50% das exportações catarinenses é o NAFTA (representou 29% do total de produtos exportados pelo Estado e cresceu 231% entre 1990 e 2000) e a União Européia (27% e 132%), acompanhados pelo Mercosul (15% e 805%, respectivamente). Este último destaca-se pela evolução no período, onde passou do bloco menos importante, dentre os selecionados, para a terceira colocação.

**Tabela 10 - Exportações Catarinenses por Blocos Econômicos****US\$ 1.000 F.O.B.**

	<b>1990</b>	<b>1993</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2000/1990</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>
AFRICA**	57.427	79.372	96.173	73.664	128%	4%	3%
Oriente Médio	119.090	203.778	142.586	123.302	104%	8%	5%
ALADI*	101.996	145.345	148.614	200.687	197%	7%	7%
ASIA**	106.207	139.758	364.632	246.541	232%	7%	9%
MERCOSUL	51.830	290.857	377.860	417.102	805%	4%	15%
União Européia	550.852	730.285	906.879	727.544	132%	38%	27%
NAFTA	343.940	460.104	473.842	794.090	231%	24%	29%
<b>TOTAL</b>	<b>1.457.349</b>	<b>2.198.136</b>	<b>2.637.308</b>	<b>2.711.703</b>	<b>186%</b>		

Fonte: SECEX, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

Elaboração: Autor.

Obs: (\*) Exclusive Mercosul, (\*\*) Exclusive Oriente Médio, (1) Participação no total em 1991, (2) Participação no total em 2000.

O comércio exterior de Santa Catarina destaca-se como forte exportador de produtos industrializados. Esta situação é o resultado na melhoria significativa do comércio de produtos manufaturados e, conseqüentemente, da modernização de seu parque produtivo que, em 1981, representava 47,20% do total das exportações, passando para 69,43% em 2000.

Nesse período, observamos o comportamento instável dos produtos semimanufaturados e a queda na participação dos produtos básicos que era de 44,84% em 1981, passou a 34,66% em 1991 e, em 2000, foi de 25,62% do total exportado.

**Tabela 11 – Exportações Catarinenses – Fator Agregado****US\$ 1.000 F.O.B.**

ANO	BÁSICOS (A)	%	SEMI- MANUFAT. (B)	%	MANUFA- TURADOS (C)	%	INDUSTRIA- LIZADOS (B+C)	%	OPER. ESPEC.	TOTAL
1981	424.261	44,84	68.030	7,19	446.565	47,20	514.595	54,39	7.205	946.061
1985	487.013	48,64	11.471	1,15	500.666	50,00	512.137	51,15	2.110	1.001.260
1991	523.341	34,66	23.075	1,53	962.699	63,76	985.774	65,29	669	1.509.784
1995	787.471	29,69	157.943	5,50	1.705.997	59,46	1.863.940	64,97	614	2.652.025
2000	694.670	25,62	133.825	4,94	1.882.616	69,43	2.016.441	74,36	592	2.711.703

Fonte: SECEX, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

Elaboração: Autor.

Dentro da composição setorial das exportações de Santa Catarina<sup>33</sup>, destacam-se quatro categorias de produtos com um grande crescimento entre 1991 e 2000. A seção de madeiras, cortiças e suas obras apresentou um crescimento extraordinário de 1.172% nesse período; seguida pela pasta de madeira, papel e suas obras com 274%; metais comuns e suas obras com 269%; e as máquinas e aparelhos, material elétrico com 258%, enquanto que as exportações catarinenses no mesmo período cresceram 180%.

Em valores absolutos, as seções com maior importância nas exportações catarinenses são máquinas e aparelhos, material elétrico com US\$ 541 milhões, animais vivos e produtos do reino animal com US\$ 495 milhões, materiais têxteis e suas obras com US\$ 278 milhões e madeiras, cortiças e suas obras com US\$ 273 milhões. Aqui, voltamos a verificar a importância dos produtos manufaturados, bem como, a expansão dos produtos do reino animal, comprovando o desenvolvimento da agroindústria no Estado.

<sup>33</sup> Segundo as seções da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM utilizadas a partir de 1996.

**Tabela 12 – Composição Setorial das Exportações de Santa Catarina**

<b>Seções da NCM</b>	<b>1991</b>	<b>1997</b>	<b>2000</b>
ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DO REINO ANIMAL	248.322	624.120	495.249
PRODUTOS DO REINO VEGETAL	-	23.921	29.916
GORDURAS, ÓLEOS E CERAS ANIMAIS E VEGETAIS	-	42.345	19.266
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E FUMOS	238.141	327.076	174.454
PRODUTOS MINERAIS	-	1.205	912
PRODUTOS DA INDÚSTRIA QUÍMICA E CONEXA	-	22.003	22.859
PLÁSTICOS E BORRACHA, E SUAS OBRAS	-	18.272	20.729
PELES, COURO, PELETERIA, E OBRAS, ETC.	-	15.217	14.783
MADEIRA, CORTIÇA E SUAS OBRAS, ETC.	23.270	240.221	272.639
PASTAS DE MADEIRA, PAPEL E SUAS OBRAS, ETC.	35.276	95.504	96.661
MATERIAIS TÊXTEIS E SUAS OBRAS	206.153	311.559	277.961
CALÇADOS, CHAPÉU, ETC.	15.393	17.999	15.206
METAIS COMUNS E SUAS OBRAS	21.818	60.104	58.604
MÁQUINAS E APARELHOS, MATERIAL ELÉTRICO, ETC.	209.421	563.862	540.843
MATERIAL DE TRANSPORTE	-	87.908	70.016
<b>Total Geral</b>	<b>1.509.904</b>	<b>2.805.220</b>	<b>2.711.703</b>

Fonte: SECEX, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC.

Elaboração: Autor.

A década de 90 marcou a transição da indústria brasileira para um novo regime de comércio, deixando para trás pelo menos quatro décadas de forte proteção contra as importações. Esta constatação ainda gera grandes polêmicas, mas não há como negar alguns fatos. Nesse período se estabeleceu ampla e diversificada estrutura industrial, com a indústria de transformação ampliando sua participação no PIB, de 19%, em 1955, para 30%, em 1990. Esse ganho refletiu taxas de crescimento aceleradas em toda a economia, permitindo que o PIB crescesse em média 6,3% ao ano no mesmo período. A expansão da indústria viabilizou também a diversificação das exportações brasileiras. Os produtos manufaturados, que representavam cerca de 1% do total das exportações em 1955, chegaram ao final da década de 80 respondendo por cerca de 50% da pauta.

Segundo MOREIRA (1999), o reconhecimento pelos feitos do antigo regime não pode, no entanto, servir de pretexto para que se esqueça de suas deficiências. Sobretudo porque a clareza quanto aos aspectos negativos dessa herança é condição necessária para que se possam desenhar políticas que permitam ao país e à indústria continuarem evoluindo.

Por esse motivo, consultamos o representante oficial do setor industrial no Estado de Santa Catarina, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, pois esta representa o agente mais atuante, ou melhor, o mais interessado na abertura comercial e no desenvolvimento do comércio catarinense. Para esta entidade, o fortalecimento do Estado de Santa Catarina, através do maior acesso aos mercados e ampliação da integração regional, além do desenvolvimento institucional, dos mecanismos e instrumentos de coordenação macroeconômica e do crescimento e a cooperação para o desenvolvimento, é de suma importância.

A FIESC atua intensamente no campo das relações externas, onde participa dos assuntos relativos ao comércio internacional através da Câmara de Comércio Exterior, estrutura pertencente à federação. Composta por representantes do segmento exportador do Estado, tem como missão principal ser o mecanismo de representação do segmento empresarial catarinense, junto aos organismos federais públicos e setor privado, em todas as ações que envolvam o comércio internacional.

A Câmara de Comércio Exterior da FIESC é o canal disponível para as indústrias exportadoras de Santa Catarina buscarem informações atualizadas sobre as decisões e os assuntos pertinentes ao comércio exterior. Através desta Câmara são apresentados os interesses do setor industrial do Estado de Santa Catarina aos órgãos federais e entidades privadas que exercem influência nas relações comerciais com outros países, tais como a Confederação Nacional da Indústria - CNI, a Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República, o Ministério

das Relações Exteriores - MRE e a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC.

Sob o ponto de vista comercial, para a ampliação da inserção de empresas catarinenses em mercados externos, a FIESC criou, em 1994, o Centro Internacional de Negócios - CIN. Seu objetivo foi fornecer apoio às empresas catarinenses que desejam ingressar ou incrementar sua participação nos mercados externos. O CIN conta com os principais programas internacionais voltados à cooperação empresarial, oferecendo acesso a diversas bases de dados e completo serviço de informações estatísticas e estratégicas de comércio internacional, tais como: procedimentos de importação e exportação, listagens de importadores e exportadores nacionais e estrangeiros, informações sobre impostos de importação no Brasil e em outros países, estatísticas oficiais de comércio exterior, organização de missões e encontros empresariais, informações sobre feiras internacionais, pesquisas de mercado e divulgação de oportunidades de negócios, dentre outros.

Verificamos que, apesar de existir uma forte atuação do setor industrial nos assuntos referentes ao comércio exterior e abertura dos mercados, o Estado de Santa Catarina e os municípios mais importantes dos pólos regionais citados no capítulo anterior, não possuíam, até 2000, uma política de Relações Internacionais clara, nem uma agenda que considerasse os processos de integração regional e desenvolvimento econômico presentes.

Vimos, assim, que a economia brasileira e a de Santa Catarina foram afetadas, ou melhor, modificadas com a abertura da economia, com a queda de alíquotas e barreiras não-tarifárias dentro do processo de globalização iniciado no começo da década de 1990.

Assinalamos que o comércio exterior de Santa Catarina é muito similar ao comércio brasileiro. O diferencial entre eles está no comportamento do saldo da



balança comercial entre 1990 e 2000, onde a taxa de cobertura catarinense esteve sempre acima dos dois pontos e a brasileira abaixo disso, sendo inferior a 1 em 2000, o que indica saldo negativo.

Os recursos desse comércio permaneceram em Santa Catarina e foram investidos no aumento e modernização da produção, como verificamos no perfil dos produtos exportados. Desta forma, podemos concluir que a abertura da economia brasileira influenciou o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, mas não foi o seu ponto determinante.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho, foi possível analisar o processo de colonização de Santa Catarina, desde o século XVIII, com as origens e especificidades do processo de industrialização. A partir da década de 1950, este processo intensificou-se e foi caracterizado pelo desenvolvimento predominantemente regional e sustentável e, na década de 1990, inserido em novo panorama, com a abertura do mercado brasileiro.

Vimos que o povoamento do Estado foi peculiar dentre os casos brasileiros, pois não houve uma concentração populacional perto da capital como, por exemplo, no Estado de São Paulo. A urbanização de Santa Catarina se deu com o desenvolvimento de atividades especializadas, em diferentes regiões. Os imigrantes, em sua maioria alemães e italianos, espalharam-se pelo Estado, formando pólos vinculados à matéria-prima presente em cada região. A colonização era baseada em pequenas propriedades, dificultando o surgimento de uma aristocracia rural no Estado, formando, assim, no aspecto socioeconômico, uma sociedade mais homogênea.

O período de imigração, especialmente em relação aos imigrantes alemães, foi muito positivo para o processo de industrialização e desenvolvimento do Estado. Muitos colonos já tinham uma profissão ou trabalhavam como artesãos em sua terra natal, trazendo consigo a formação técnica necessária para as atividades artesanais e, em seguida, industriais, mantendo contatos com seu país de origem, recebendo orientações e máquinas.

O desenvolvimento local e a especialização em alguns produtos permitiram a Santa Catarina ter um alto índice de produtividade com qualidade e inovação. Os colonos, que eram formados por pequenos agricultores independentes, artesãos, operários e pequenos comerciantes, iniciaram a comercialização dos excedentes

agrícolas, praticando, assim, um mercado local, originando um acúmulo de capitais dentro do setor primário.

A aquisição de máquinas industriais, importadas pelos empreendedores, foi beneficiada por algumas condições que também promoveram a industrialização brasileira, como a valorização da moeda e a implantação de tarifas protecionistas. Desta forma, o Estado de Santa Catarina passou de uma atividade basicamente agrícola, até a década de 1950, para um modelo produtivo industrial, nas décadas seguintes.

Essas condições permitiram, juntamente com a qualificação, a mão-de-obra, seja estrangeira, seja treinada internamente, o desenvolvimento da produção regional especializada, através de seus pólos industriais (madeireiro, eletro-metal-mecânico, têxtil, agroindustrial e mineral); e o alto índice de produtividade e qualidade, que deram condições para que Santa Catarina ampliasse a exportação de sua produção para outros estados e países. Mais recentemente, o Pólo Tecnológico do Estado de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis, onde anteriormente era apenas uma região administrativa, surgiu em decorrência do investimento em empresas de alta tecnologia, com a articulação e apoio das instituições públicas locais, para atender a necessidade de elevação no nível de qualidade e modernização exigido pela internacionalização dos mercados.

Assim, vimos que o parque industrial de Santa Catarina, formado pelos seis pólos, descritos ao longo do primeiro capítulo, é bem diversificado, uma vez que a distribuição espacial dos recursos naturais e dos mercados consumidores não é igual para todas as regiões. Entretanto, uma característica marcante na economia catarinense, é a participação significativa de todos os pólos na formação do Produto Interno Bruto Estadual.

Como não podia deixar de ser, a industrialização catarinense, assim como a brasileira, está atrelada diretamente a acontecimentos no mercado internacional e

à política de comércio exterior brasileira. Vimos que o comércio exterior brasileiro e catarinense modificaram-se na década de 1990, fruto da liberalização dos mercados e dos processos de integração regional.

Na mesma década, o Brasil passou por um processo de abertura comercial de grande importância que, conduzido de forma coerente e equilibrada (isto é, levando-se em conta as fragilidades ainda existentes em alguns setores da economia brasileira), trouxe grandes benefícios à indústria local, como ganhos de produtividade e competitividade, além de possibilitar maior crescimento econômico para o país. A tendência continua apontando para uma redução das barreiras tarifárias nacionais, devido a pressões internacionais, às políticas pró-abertura da Organização Mundial do Comércio - OMC e aos acordos bilaterais e multilaterais de comércio. No entanto, antes de atingir os níveis de abertura tarifária dos países mais industrializados, o Brasil precisa alcançar maior estabilidade macroeconômica e procurar derrubar as barreiras não-tarifárias impostas principalmente pelo NAFTA e União Européia, de forma que o acesso aos mercados mais desenvolvidos represente um estímulo, e não uma ameaça ao crescimento da economia.

Um dos principais pontos desse processo de abertura comercial foi a formação do Mercosul, que proporcionou desenvolvimentos essenciais para a economia brasileira, como ganhos de escala e especialização, sem um elevado deslocamento da produção local. O grande desafio do bloco, daqui para frente, é manter-se coeso diante da possibilidade da ALCA, uma vez que a diluição do Mercosul dentro de uma zona de livre comércio mais ampla e com a participação de países maiores e mais competitivos representaria uma grande derrota para o Brasil e para os demais membros, que perderiam força política e poder de negociação. Ademais, o incremento comercial gerado pelo bloco vem exercendo importante papel no desenvolvimento da indústria brasileira e catarinense, como verificamos na análise dos principais destinos das exportações.

Consideramos que compreensão da influência da abertura da economia brasileira para as regiões, ou mesmo para os governos subnacionais brasileiros, torna-se muito mais relevante do que apenas um estudo de indicadores globais que escondem tais diferenças.

Verificamos que cada administração, sendo a direção de cada órgão – municipal, estadual, federal ou do setor privado – tem sua própria linha de ação no que se refere aos processos de integração e, mais especificamente, sobre o comércio exterior. Podemos dizer que os temas aparecem de maneira diferente em cada agenda, e a sua importância, e, muitas vezes, a sua influência depende da prioridade que ele assume dentro do planejamento estratégico dessas administrações. Exemplo apresentado no trabalho, foi a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC que, em defesa dos interesses do setor, tem um papel atuante na promoção e no desenvolvimento das exportações.

As capitais regionais analisadas, mesmo sem uma agenda para o comércio exterior, podem ser consideradas cidades geradoras, e ainda, serem cidades que impulsionam o desenvolvimento econômico e a evolução cultural. Para HOSELITZ (1964), uma cidade é “designada como geradora se seu impacto sobre o crescimento econômico for favorável, isto é, se sua formação, continuada existência e crescimento forem fatores favoráveis ao desenvolvimento econômico da região ou do país em que se encontrar localizada. Será considerada parasitária se o impacto que exercer for de natureza oposta” (HOSELITZ, 1964).

Ainda para o autor, existem quatro categorias possíveis, nas quais as cidades podem ser classificadas, conforme suas respectivas e dominantes funções: (a) podem impulsionar o desenvolvimento econômico e a evolução cultural; (b) podem favorecer a evolução cultural, mas exercer uma influência negativa sobre o desenvolvimento de sua região; (c) podem estimular o desenvolvimento econômico, mas opor obstáculos à evolução cultural; (d) podem induzir à estagnação econômica e, ao mesmo tempo, impedir a evolução cultural.

Em nossa análise, consideramos as capitais regionais sendo da primeira categoria apresentada que, além do crescimento econômico já apresentado, também evoluiu culturalmente, fato comprovado pela classificação dos municípios e do Estado de Santa Catarina no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Vimos, também, que os seis pólos podem ser considerados pólos de crescimento regional, conforme apresenta BOUDEVILLE<sup>34</sup> (1974), quando diz que “um pólo de crescimento regional consiste num conjunto de indústrias em expansão numa área urbana e com propriedade de induzir o desenvolvimento de atividades econômicas na sua área de influência” (BOUDEVILLE, 1974).

Assim, Santa Catarina se destaca no cenário nacional quanto ao desenvolvimento do Estado e das suas regiões. Geralmente, países em desenvolvimento, e, em particular, aqueles com extensa área territorial como o Brasil, possuem problemas relativos a desigualdades regionais. Ademais, um processo de urbanização acelerado ou de superurbanização tende a criar dificuldades quanto à absorção de mão-de-obra e gera distorções na rede urbana.

“A evolução urbana no Brasil contrariou a expectativa de muitos: a superação do atraso, do arcaico e da marginalidade, pelo moderno capitalismo. O processo de urbanização, acelerado e concentrado, marcado pelo ‘desenvolvimento moderno do atraso’, cobrava, em poucas décadas de intenso crescimento econômico do país, um alto preço, através de predação ao meio ambiente, baixa qualidade de vida, gigantesca miséria social e seu corolário, a violência” (MARICATO, 1995).

Esse processo aconteceu de forma bastante reduzida em Santa Catarina. A utilização racional dos recursos naturais foi um dos fatores determinantes no desenvolvimento catarinense, dada a constante busca pela eficiência na qualidade de seus produtos. Desta forma, considerando-se a modernização permanente do seu parque produtivo e, em menor grau, a abertura da economia, concluímos que

---

<sup>34</sup> Apud TOLOSA, Hamilton *Pólos de Crescimento: Teoria e Política Econômica in Planejamento Regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro*. Rio de Janeiro, IPEA, n. 8, 1974.

o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, na década de 1990, foi resultado do desenvolvimento das cidades pólos e de suas regiões. A abertura da economia brasileira não foi o fator determinante, mas, mesmo assim, foi importante nesse processo, pois modificou o perfil das relações comerciais do Estado com outros países e blocos econômicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva ***Política Comercial Brasileira: Limites e Oportunidades***. Brasília, BNDES, 2002.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de ***O Mercosul no contexto regional e internacional***. São Paulo, Aduaneiras, 1993.
- ARROYO, Mónica *Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias*. in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.) ***TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação***. São Paulo, Hucitec, pp. 308-314, 1994.
- AVERBUG, André ***Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90***. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.
- AZZONI, Carlos R., *Formação sócio-espacial metropolitana: novas tendências ou novas evidências?*, in GONÇALVES, Maria Flora (org.), ***O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas***. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1995.
- BOISIER, Sérgio; SMOLKA, Martin O.; BARROS, Aluizio A. de ***Desenvolvimento Regional e Urbano: diferenciais de produtividade e salários industriais***. Rio de Janeiro, IPEA, n. 15, 1973.
- BOSSLE, Ondina Pereira ***História da Industrialização Catarinense (das origens à integração no Desenvolvimento Brasileiro)***. Florianópolis, FIESC, 1988.
- CANUTO, Otaviano ***Comércio Exterior***. Brasília, MRE, 2002.



CEAG/SC ***Evolução histórico-econômica de Santa Catarina. Estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)***. Florianópolis, 1980.

CICCOLELLA, Pablo José *Desconstrução/reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração. Os casos do Mercosul e do Corredor Andino*. in SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.) ***TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação***. São Paulo, Hucitec, pp. 296-307, 1994.

COUTINHO, Luciano. *A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização*, in, Velloso, J.P.R, ***Brasil: Desafios de um país em transformação***, RJ, 1997.

COUTO, Cláudio Gonçalves *Negociação, Decisão e Governo: Padrões Interativos na Relação Executivo-Legislativo e o Caso Paulista*. in CASTRO ANDRADE, Régis de (org.) ***Processo de Governo no Município e no Estado***. São Paulo, EDUSP, 1998.

DOCUMENTOS *Síntese de uma agenda para o desenvolvimento social sustentável da América no século XXI*. in ***Política Externa***. São Paulo, vol. 8, n.º 2, set. 99, pp. 121-149.

ECO, Humberto ***Como se faz uma tese*** São Paulo, Editora Perspectiva, 1977.

EVANS, Peter *The states as problem and solution: predation, embedded autonomy and structural change*. in HAGGART, Stephan, KAUFMAN, Robert (orgs.) ***Politics of Economic Adjustments***. Princeton University Press, 1992.

FELICÍSSIMO, José Roberto ***Governabilidade e Administração Estadual em São Paulo: DILEMAS de um Drama Inconcluso***. São Paulo, PUCSP, 1992.

FONSECA, Renato ***Diversificação Regional das Exportações Brasileiras: Um Estudo Prospectivo***. Brasília, BNDES, 2002.

GOODE, William J; HATT, Paul K. ***Métodos em Pesquisa Social***. São Paulo, Editora Nacional, 1969. GONÇALVES, Maria Flora (org.), ***O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas***. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ***Panorama de Santa Catarina***. Florianópolis, mimeo, 2000.

HOSELITZ, Bert F. ***Aspectos Sociológicos do Crescimento***. São Paulo, Editora Fundo de Cultura, 1964.

HURREL, Andrew ***O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial***. in ***Contexto Internacional***. Rio de Janeiro, vol. 17, nº1, jan/jun 95, pp. 23-59.

KEINERT, Ruben C.; MIRANDOLA, Marco A. ***Os Governos Subnacionais do Brasil Meridional e o Mercosul***. Trabalho apresentado no VI Congresso Internacional do CLAD, Buenos Aires, 2001.

LAPLANE, M. e SARTI, F. ***Novo ciclo de investimentos e especialização produtiva no Brasil***, in ZANATA, Mariana ***A política comercial brasileira após a abertura econômica***. Grupo de Estudos em Economia Industrial - UNESP, Araraquara, 1999.

LASTRES, Helena Maria Martins ***A Globalização e o Papel das Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico***. Brasília, IPEA, 1997.

MARICATO, Ermínia, *O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática*, in GONÇALVES, Maria Flora (org.), ***O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas***. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1995.

MOREIRA, Maurício Mesquita ***A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que já se Pode Dizer?*** Brasília, BNDES, 1999.

MOREIRA, Maurício Mesquita & PINHEIRO, Armando Castelar ***O Perfil dos Exportadores Brasileiros de Manufaturados nos Anos 90: Quais as Implicações de Política?*** Brasília, BNDES, 2000.

NAÇÕES UNIDAS, Organização das, ***Índice de Desenvolvimento Humano – IDH***. Washington, 1994. Disponível em <<http://www.undp.org.br/desen.htm>>.

OLIVEIRA, Rubens A. de ***El Mercosur y su Influencia sobre el Sector Industrial de Santa Catarina***. Madrid, tese de doutorado, Universidad de Alcalá, 1993.

PASQUARIELLO, Karina Lilia ***Mercosul e Sindicatos: A Participação das Centrais Sindicais no Subgrupo 11***. São Paulo, tese de mestrado, USP, 1996.

PEREIRA, Lia Valls *Tratado de Assunção: resultados e perspectivas*. in BRANDÃO, Antônio Salazar P.; PEREIRA, Lia Valls (org.) ***MERCOSUL: Perspectivas da Integração***. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

PRADO, Sérgio ***Economia e Sociedade***, Campinas, n. 13, dez. 1999.

RAUD, Cécile ***Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil: Perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense***. Florianópolis, Ed. UFSC, 1999.

RUBIO, Franz Victor. ***Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica***. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

SANTOS, Sílvio Coelho dos ***Santa Catarina no Século XX***. Florianópolis, Ed. UFSC, 2000.

SCHWARTZMAN, Jacques Teoria da Base de Exportação e Desenvolvimento Regional in ***Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial***. Rio de Janeiro, IPEA, n. 16, 1975.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL ***Por que Santa Catarina***. Florianópolis, mimeo, 2001.

SIMONSEN ASSOCIADOS ***Mercosul de Fato ! – Fatores Competitivos para o Sucesso Empresarial em um Novo e Forte Mercado Emergente***. São Paulo, MAKRON Books, 1998.

SINGER, Paul ***Desenvolvimento econômico e evolução urbana***. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977.

SUZIGAN, Wilson ***Política Industrial***. Brasília, MRE, 2002.

TOLOSA, Hamilton Pólos de Crescimento: Teoria e Política Econômica in ***Planejamento Regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro***. Rio de Janeiro, IPEA, n. 8, 1974.

WORLD BANK ***World Development Report 1997***. Washington, Oxford University Press, 1997.